

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Projeto EnCaminhARTE

Maria Inês Bettencourt Brazuna Pereira

Mestrado em Serviço Social

Orientador:

Doutor Pablo Álvarez-Pérez, Professor Auxiliar,

ISCTE-IUL

Dezembro, 2020



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Projeto EnCaminhARTE

Maria Inês Bettencourt Brazuna Pereira

Mestrado em Serviço Social

Orientador:

Doutor Pablo Álvarez-Pérez, Professor Auxiliar,

ISCTE-IUL

Dezembro, 2020

Agradecimentos

Ao meu professor Pablo Álvarez-Pérez pela imensa paciência que teve comigo desde o início e por sempre acreditar mais em mim do que eu própria.

À minha professora Maria João Pena por me ter transmitido tamanha paixão e tão bonita visão do Serviço Social ao longo destes anos.

À minha querida avó Rosa que sempre foi avó, mãe e amiga.

À minha irmã, Beatriz, por me ter apoiado durante toda a nossa vida e por ser a força da natureza que é.

Às minhas queridas Raquel e Adriana por me mostrarem sempre que consigo e por me corrigirem sempre que necessário, tanto neste projeto como na vida.

À Mariana que muitas vezes foi o meu porto seguro durante os dois anos de realização deste projeto.

Ao João e à Helena que foram os meus pais honorários sempre que precisei de alguém que me guiasse.

Aos meus tios Filipe, Patrícia, Pedro, Maria e Zé pelo amor incondicional.

Ao Vasco por ter estado presente à maneira dele.

Aos meus amigos Ana, Carlota, Francisco, Helena, Inês, Madalena E., Madalena S., Marta, Nuno e Ricardo que estiveram tão presentes na minha vida e desempenharam um papel tão importante.

Resumo

Os jovens oriundos de meios familiares e sociais carenciados podem apresentar dificuldades em perspetivar um futuro melhor do que a situação em que se encontram. Isto traduz-se em resultados escolares débeis, falta de objetivos, de motivações e de autoestima. “Uma criança que, devido às condições económicas em que vive, é obrigada a abandonar a escola ou não consegue ter sucesso escolar (devido a problemas de nutrição; impossibilidade dos pais fazerem um acompanhamento da sua aprendizagem quer pela falta de conhecimentos quer pela impossibilidade de pagar um apoio escolar extra curricular; problemas de saúdes crónicas devido às condições do alojamento; etc). O seu baixo nível de escolaridade, por sua vez, poderá ter impacto no leque de oportunidades que terá quando entrar no mercado de trabalho e, conseqüentemente, no seu rendimento mensal enquanto adulto” (EAPN). Pretende-se que estes jovens desenvolvam uma melhor visão tanto de si mesmos como do seu futuro. Visa-se, então, a criação de um projeto que apresente como base as artes expressivas num contexto urbano aplicadas à intervenção do Serviço Social, combinando ideias e teorias que se mostraram funcionais em diversos projetos – que serão especificados no decorrer do documento – tais como: inclusão de mentores especializados em artes urbanas; criação de um local onde os jovens se sintam seguros para partilhar as suas ideias e sentimentos e, ainda, a promoção das artes urbanas como mecanismo autoidentitário, alterando também a visão dos outros. Estes jovens deverão desenvolver capacidades ligadas às artes urbanas, tais como: desenho (grafitti); escrita (RAP); canto (MC) e dança (breakdance).

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Arte; Jovens; Artes Urbanas; Comportamento Desviante.

Abstract

Juveniles originating from deprived families and social backgrounds, sometimes find it hard to visualize better future perspectives for themselves, due to the situation they are currently in. This leads to poor school results, lack of motivation and self-esteem. “If a child is forced to be absent from school or isn’t able to achieve good grades (due to lack of nutrition; lack of guidance with studies either because their parents have little time or knowledge to help or cannot afford a tutor; health conditions originating from poor housing standards, etc.) due to family’s poor economical conditions, they will be facing low education levels directly impacting their potential work opportunities and consequently, the child’s monthly income will be very low in the future” (EAPN). Therefore, it is intended that these youngsters may develop a better opinion of themselves and of their future. Therefore, the plan is to create a project which presents urban expressive arts as base of the intervention of Social Work, combining ideas and theories shown and applied in diverse projects – which will be specified in the course of the document – such as: the inclusion of mentors specialized in urban arts; the creation of a place where the youngsters feel safe to share their ideas, feelings, opinions, worries and anything else they would like and, also, promoting urban arts as an identity mechanism not only for themselves but also for people around them. These juveniles must develop urban arts linked skills, such as: drawing (graffiti); writing (RAP); singing (MCing) and dancing (breakdance).

KEYWORDS: Social Work; Arts; Youth; Urban Arts; Deviant Behaviour.

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Índice de Quadros	vi
Glossário de Siglas	vii
Glossário de Símbolos	viii
Introdução	1
I. Justificação teórica	3
I.I. Conceitos a reter	3
I.I.I. Pobreza	3
I.I.II. Exclusão Social	4
I.I.III. Comportamento Desviante	6
I.II. A cultura Hip-Hop	8
I.II.I. História da cultura Hip-Hop	8
I.II.II. A cultura Hip-Hop e o seu papel na fase da adolescência	8
I.III. Serviço Social	10
I.III.I. Serviço Social e a Arte	10
I.III.II. Código Deontológico	12
I.III.III. Interdisciplinaridade.....	14
I.III.IV. Modelos a utilizar na prática do Serviço Social	15
I.III.IV.I. Modelo de Modificação de Comportamento	15

I.III.IV.I.I. Condicionamento clássico	16
I.III.IV.I.II. Condicionamento operante	17
I.III.IV.I.III. Aprendizagem social	18
I.III.IV.II. Modelo de Desenvolvimento Local	18
II. Diagnóstico	20
II.I. Justificação metodológica	20
II.II. Identificação do município alvo de intervenção	24
II.III. Benchmarking	43
III. Projeto EnCaminhARTE	50
III.I. Justificação	50
III.II. População-alvo	50
III.III. Objetivo geral e objetivos específicos	52
III.IV. Critérios e impactos	53
IV. Análise Crítica	60
Bibliografia.....	62

Índice de quadros

Quadro 2.1. População residente nos municípios da AML em 2019.....	24
Quadro 2.2. Salários, emprego e crime nos municípios da AML em 2019.....	26
Quadro 2.3. Média de habitantes por acesso à saúde na AML em 2019.....	30
Quadro 2.4. Alunos matriculados, retidos e desistentes no E.B. 2.º e 3.º Ciclo, Secundário e CET, na AML, no ano de 2019.....	31
Quadro 2.5. Alunos matriculados no Ensino Público e Privado, na AML, no ano de 2019.....	33
Quadro 2.6. Acesso a cultura e a desporto na AML em 2018.....	35
Quadro 2.7. Mães menores na AML em 2019.....	36
Quadro 2.8. Análise SWOT do município da Amadora.....	42
Quadro 2.9. Benchmarking: resumo.....	47
Quadro 3.1. Plano de ação do Projeto EnCaminhARTE.....	56
Quadro 3.2. Plano de avaliação do Projeto EnCaminhARTE.....	58
Quadro 3.3. Cronograma do Projeto EnCaminhARTE.....	59

Glossário de Siglas

AML: Área Metropolitana de Lisboa

AU: Arte Urbana

CET: Curso de Especialização Técnica

CM: Câmara Municipal

CMA: Câmara Municipal da Amadora

CML: Câmara Municipal de Lisboa

CNPDPJCJ: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

CPCJ: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

DJ: Disc Jokey

EAPN: European Anti Poverty Network - Rede Europeia Anti Pobreza

E.B.: Ensino Básico

MC: Master of Ceremony

OMS: Organização Mundial de Saúde

RAP: Rythm and Poetry

Glossário de símbolos

(•↑): Município que apresenta o número ou percentagem mais alto/a da tabela.

(..↑): Município que apresenta o segundo número ou percentagem mais alto/a da tabela.

(:↑): Município que apresenta o terceiro número ou percentagem mais alto/a da tabela.

(∴↑): Município que apresenta o quarto número ou percentagem mais alto/a da tabela.

(⋈↑): Município que apresenta o quinto número ou percentagem mais alto/a da tabela.

(•↓): Município que apresenta o número ou percentagem mais baixo/a da tabela.

(..↓): Município que apresenta o segundo número ou percentagem mais baixo/a da tabela.

(:↓): Município que apresenta o terceiro número ou percentagem mais baixo/a da tabela.

(∴↓): Município que apresenta o quarto número ou percentagem mais baixo/a da tabela.

(⋈↓): Município que apresenta o quinto número ou percentagem mais baixo/a da tabela.

Introdução

O tema deste projeto prende-se com os comportamentos desviantes nos jovens que se encontrem em situação de pobreza e de exclusão social, utilizando um hobby como ferramenta para essa mudança comportamental – neste caso em específico utilizar-se-ão as artes urbanas. Desta forma, é pretendido que se criem novas perspetivas futuras.

Como motivações pessoais apresenta-se o interesse pela área de jovens em risco/com comportamentos desviantes oriundos de meios familiares e sociais carenciados, bem como o desafio de lhes apresentar novos rumos, permitindo-lhes criar uma vida futura mais promissora do que a atual.

Como motivação social apresenta-se a possibilidade de intervir num público-alvo desafiante que permitirá que a aluna tenha contacto com outras perspetivas de vida.

Como motivação académica indica-se o desafio de realizar um projeto do zero com a intenção de o implementar no futuro e com o desejo de que este faça a diferença na vida do público-alvo. Indica-se também o desenvolvimento de competências como profissional do Serviço Social na área das crianças e jovens.

O primeiro capítulo desta dissertação irá incidir sobre a teoria relacionada com o projeto EnCaminhARTE. Está dividido em três subcapítulos. Iniciar-se-á com a definição de três importantes conceitos: a pobreza, a exclusão social e o comportamento desviante. De seguida, far-se-á uma pequena introdução ao que é a cultura Hip-Hop, na qual se inserem as artes urbanas. O último subcapítulo é referente ao Serviço Social como disciplina científico-humanista, apresentando a sua definição oficial e como começou em Portugal. Posto isto, indicar-se-á a relação do Serviço Social com os jovens. Será, depois, definida a intervenção do Serviço Social através das artes expressivas. Será ainda falado do documento que sugere algumas das linhas que o assistente social deve seguir e que ética deve ter como profissional. Este documento é o Código Deontológico dos Assistentes Sociais e, apesar de ser um documento oficial, nada obriga a que um assistente social o cumpra. No entanto, é o mais próximo que o assistente social tem atualmente disponível de modo a poder guiar-se na sua profissão. Ainda dentro da temática do Serviço Social, falar-se-á da interdisciplinaridade como ferramenta de intervenção. Termina-se este capítulo com

a indicação de dois modelos de intervenção: o modelo de modificação de comportamento e o modelo de desenvolvimento local.

O segundo capítulo é referente ao diagnóstico. Aqui serão explicados os passos dados para realização do mesmo e será feita uma análise dos 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa de modo a entender em qual fará mais sentido aplicar o projeto EnCaminhARTE. O último subcapítulo deste diagnóstico apresenta um benchmarking na área da intervenção com jovens onde se utilizou a cultura, desporto ou arte como mecanismo de intervenção.

O último capítulo é então referente ao projeto EnCaminhARTE e apresentará a sua população-alvo, justificação, objetivo geral e objetivos específicos, seus critérios e impactos, plano de ação e plano de avaliação.

I. Justificação teórica

I.I. Conceitos a reter

I.I.I. Pobreza

A pobreza é um conceito extremamente complexo, podendo ser definida como uma “(...) situação de escassez de recursos de que um indivíduo, ou família, dispõem para satisfazer necessidades consideradas mínimas (...)” (Pereirinha, 1992 como citado em Rodrigues et al, 1999, p. 62). Sendo que este projeto foi pensado para um público-alvo que se encontre numa situação de exclusão social e pobreza num meio citadino, é necessário apresentar a definição de pobreza urbana, definida por Rodrigues et al (1999): “(...) afecta diversos grupos sociais, reflectindo problemas associados a baixos rendimentos e desemprego, à falta de qualificações (e à incapacidade de as desenvolver), à precariedade de emprego, às situações de doença ou de problemáticas sociais diversas (toxicodependência, alcoolismo, deficiência, etc), às pressões subjacentes aos processos de urbanização, estando estas associadas a mecanismos de discriminação e de segregação espacial” (p. 68). Segundo a Comissão sobre Direitos Sociais, Económicos e Culturais das Nações Unidas (2001) como citado pela EAPN a pobreza é uma “(...) condição humana caracterizada por privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais”. A EAPN sugere uma simplificação da definição indicando que pobreza é a privação das condições necessárias para o acesso a uma vida digna. A entidade indica ainda que dentro da Europa existe um cálculo que permite definir quem se encontra em situação de pobreza. Esta “linha de pobreza” é definida considerando 60% do rendimento mediano por adulto equivalente. É sugerido que esta classificação é benéfica pois proporciona a possibilidade de contabilizar a proporção de pessoas em risco de pobreza, comparar países e a sua evolução relativamente a este conceito. No entanto, a EAPN indica que esta classificação descuida outros fatores importantes tais como a avaliação do custo de

vida em diferentes cidades ou o pagamento ou dispensa de pagamento de alojamento. A entidade realça ainda que a diferença de 1€ nos rendimentos pode implicar que uma pessoa se encontre em situação de pobreza enquanto que a outra não. A EAPN distingue ainda dois tipos de pobreza: a absoluta/extrema e a relativa. A primeira implica que as necessidades básicas de um indivíduo não sejam contempladas, ou seja, está em situação de pobreza absoluta/extrema quem: passa fome; não tem acesso a água potável; não tem uma habitação condigna; não tem roupas suficientes; não tem acesso a medicamentos e poderá ter de lutar de modo a sobreviver. É indicado que este nível de pobreza existe maioritariamente nos países em desenvolvimento, podendo, no entanto, existir também em pequenas comunidades residentes em países desenvolvidos. A pobreza relativa tem como referência o rendimento e estilo de vida de um local em específico e, quem não tiver capacidades para ter o mesmo estilo de vida devido a rendimentos mais baixos do que aqueles que são considerados o normal naquele local, encontra-se em situação de pobreza relativa. Isto poderá criar um impedimento na participação de uma vida social ativa pois impede os sujeitos de participarem nas atividades económicas, sociais e culturais nas quais aquela população geralmente participa. Assim, é importante mencionar a ideia da EAPN de que alguém que nasça e cresça num seio familiar pobre será desde cedo afetado por isso e terá dificuldades em melhorar a sua situação de vida. Uma criança pertencente a um seio familiar pobre terá dificuldades em ter sucesso escolar. Isto pode advir de falta de nutrição adequada, falta de acompanhamento nos estudos por parte dos pais, podendo este ser por falta de tempo ou de conhecimentos, ou, num caso mais agravado, a criança poderá ter problemas de saúde adjacentes às suas condições de vida e de alojamento. Como tal, e devido ao reduzido nível escolar, esta criança terá, futuramente, dificuldades na inserção do mercado de trabalho e, conseqüentemente, baixos rendimentos na sua vida adulta.

I.I.II. Exclusão social

O conceito de exclusão social é originado pelo conceito de desigualdade. De acordo com Fernandes (2000), a desigualdade pode ser tida como uma diferenciação social ligada a teorias sobre as classes sociais. O autor diz-nos que esta pode “(...) inscrever-se no registo de uma apropriação diferenciada da riqueza e dos ensejos de vida, em relação directa com

as actuais sociedades da exclusão social. Num e noutro caso, os conceitos, “(...) não deixam de se reportar ao sistema social e à sua estruturação nas sociedades modernas” (p. 203). Rodrigues et al consideram a desigualdade como algo intrínseco e natural a qualquer forma de estruturação social, sendo assim esperado que isto se traduza em diferentes capacidades de acumulação de recursos (materiais e sociais) por parte dos distintos elementos dessa mesma sociedade. É com a agudização destas desigualdades que surge a exclusão social. Com ela vem agregada uma discórdia entre os vários elementos da sociedade sendo que alguns dispõem dos recursos necessários para terem uma vida digna e considerada estável aos olhos da maioria dos elementos e, os outros não têm capacidades monetárias ou sociais para levar o mesmo estilo de vida, acabam por não sentir um sentimento de pertença relativamente aos restantes membros dessa sociedade. Assim, CIES/CESO I&D e Capucha (1998) como citados por Rodrigues et al (1999) definem a exclusão social como o resultado de “(...) uma desarticulação entre as diferentes partes da sociedade e os indivíduos, gerando uma não-participação num conjunto mínimo de benefícios que definem um membro de pleno direito dessa sociedade – inerente à figura dos excluídos – opondo-se claramente à noção de integração social” (1999, p. 64). Os autores indicam que a exclusão pode configurar-se como um fenómeno multidimensional, social ou como um conjunto de fenómenos sociais interligados, os quais contribuem para a produção do excluído. É ainda especificado que fenómenos sociais tais como o desemprego, marginalidade, discriminação e pobreza se associam à situação de exclusão social. De acordo com os autores, a exclusão social tem um carácter cumulativo, dinâmico e persistente, à qual estão associados processos de reprodução (transmissão geracional) e evolução (com o surgimento de novas formas), garantindo assim uma situação persistente. Isto constitui causas e consequências de múltiplas rupturas na coesão social, as quais implicam manifestações de dualismos e de fragmentação social (1999, pp. 64-65). Sendo que, numa situação de exclusão, o sujeito se encontra numa imensa privação de recursos materiais e sociais, acaba por se envolver numa “(...) espiral crescente de rejeição, que culminará na incorporação de um sentimento de auto-exclusão” (Rodrigues et al, 1999, p. 65). Os autores afirmam que esta situação dá origem a um sentimento de inutilidade que desenvolve no sujeito uma incapacidade de superação de obstáculos, frisando a sua situação de exclusão (1999, p. 65). A Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN) realça que nem sempre

uma situação de exclusão social dita situações de pobreza implícitas, sendo que uma pessoa poderá ter rendimentos altos mas dificuldade no acesso ao mercado de trabalho por motivos de doença, invalidez ou outras situações que tais. No entanto, esta entidade salienta a ideia de que se um indivíduo se mantiver numa situação de exclusão social durante muito tempo, esta poderá criar uma situação de pobreza, sendo que o mesmo terá mais dificuldade de acesso a recursos necessários para a sua sobrevivência.

I.I.III. Comportamento desviante

Segundo Domingues, o comportamento desviante remete para a transgressão e violação de normas e regras socialmente aceites pela comunidade (p. 3). A manifestação deste tipo de comportamento é mais notável em jovens entre os 12 e os 17 anos e tende a diminuir após a adolescência, a qual dura desde os 10 aos 19 anos de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS). A explicação de tal facto está ligada à fase de transição na vida dos jovens destas idades. Estas transformações podem ser de carácter físico, social e/ou psíquico e podem levar a um período de experimentação devido ao número de incertezas e vulnerabilidades que são despoletadas nesta altura (Negreiros, 2003, como citado por Domingues, 2015, p. 3). O conceito de comportamento desviante aparece, muitas vezes, ligado ao conceito de delinquência. De acordo com Domingues (2015), delinquência é um conceito que remete para uma conotação jurídica. Assim, o delinquente é aquele que viola a lei (p. 3). É importante referir que o comportamento desviante é oriundo do conceito de desvio. De acordo com Dias, o desvio é um conceito ambíguo e volátil já que os rótulos ou estigmas irão depender dos contextos sociais de cada comunidade. No entanto, pode ter-se como desvio qualquer “(...) comportamento que infringe as regras ou expectativas de outrem, e que provoca desaprovação ou castigo” (Mitchell como citado em Dias, 2013). Dias diz-nos que há vários comportamentos que podem ser considerados desviantes. Isto deve-se às distintas interpretações da realidade por parte das mais variadas comunidades, as quais apresentam as mais variadas normas bem como costumes. Este desvio é precavido através do controlo social, o qual tem como intuito “A verificação do cumprimento destas regras, da aplicação das sanções a quem não as cumprir, a socialização de normas e valores (...)” (Dias, 2013, p. 23). Durkheim (s.d.) como citado por Domingues (2015, p. 9)

defende que o desvio é fundamental na sociedade, sendo que desempenha duas funções muito importantes: uma função adaptativa e uma função de manutenção de limites. “Enquanto função adaptativa, o desvio funciona como uma força impulsionadora da mudança através da introdução de novas ideias e desafios na sociedade, promovendo a manutenção dos limites entre comportamentos “bons” e “maus” na sociedade” (Durkheim (s.d.) como citado por Domingues, 2015, p. 9). Durkheim como citado por Domingues acrescenta que o crime e o desvio estão intrínsecos numa sociedade e que são fundamentais para a mesma visto que “uma vez que as pessoas no mundo moderno sentem-se menos coagidas do que nas sociedades tradicionais (...) por esta razão existe mais margem de manobra para a liberdade de escolha nas sociedades modernas” (Giddens, 2007, p. 209, como citado por Domingues, 2015, p. 8).

Espírito Santo indica que, na procura da sua identidade e autonomia, o adolescente acaba, muitas vezes, por se opor aos valores estabelecidos pela sua família ou pela sociedade onde se insere. Defende que este conflito com a sua família ou com a sociedade pode levar os jovens a cometer atos que violem as normas (Espírito Santo, 2014). Le Blanc (1999) como citado por Espírito Santo (2014, p. 15) refere que, embora estes comportamentos sejam comuns na fase da adolescência, podem permanecer até à vida adulta, resultando numa escalada de crimes e trajetórias delituosas.

Alissi defende a ideia de que o comportamento desviante advém não apenas das disruptivas e desorganizadas forças da sociedade mas que reflete também os processos de controlo da norma social dessa mesma, a qual visa preservar os comportamentos convencionais. Indica que muitos teorizadores defendem que o comportamento desviante surge de uma crença em valores distintos daqueles que são comuns numa sociedade, em vez de surgir como uma resposta a valores sociais impostos a quem deles desacredita. Becker como citado por Alissi apresenta a sua própria definição de comportamento desviante, na qual culpa a sociedade: “(...) os grupos sociais criaram o desvio ao criarem regras que implicam que quem as quebre sofra uma conotação negativa. Deste ponto de vista, o desvio não é uma característica da ação do transgressor mas sim consequência da aplicação das regras criadas por outros as quais fazem do sujeito transgressor por ter cometido tal ação. Assim, aquele que comete o comportamento desviante é rotulado como

tal com sucesso: comportamento desviante é apenas um comportamento que a sociedade define como tal” (1974, pp. 14-15).

I.II. A cultura Hip-Hop

I.II.I. História da cultura Hip-Hop

A chamada “Cultura Hip-Hop” nasceu nos anos 70 em Bronx, Nova Iorque, tendo como pioneiras pessoas de raça negra que iniciaram o movimento para contrariar o racismo que existia devido à segregação racial na época. Devido ao baixo custo dos materiais necessários para realização desta forma de arte e ao facto de ser algo ensinado “nas ruas” sem necessidade de frequentar aulas de qualquer tipo, o Hip-Hop foi crescendo. Assim, o Hip-Hop passou a ser definido como “música negra como expressão de sentimentos e contestação social” (Amaral, Pinho e Nascimento, 2014, p. 184) ou como “um modo de demonstração da raiva e do desespero, uma reacção ao sistema, uma forma de reivindicação social que se cristalizou em arte, e que se estendeu à música, à dança e à pintura” (Neves, 2004, p. 8). Ao ganhar popularidade o Hip-Hop ganhou também vertentes, sendo essas o RAP – rythm & poetry – e MCing – mestre de cerimónias – (escrita e canto), o DJing – disco jokey – (criação e mistura de música), o Breakdance (dança) e o Graffiti (desenho). O que começou na raça negra alastrou-se aos poucos para os hispânicos e, mais tarde, para os caucasianos. Não é definido ao certo a época temporal na qual esta cultura se manifestou em Portugal mas diversos membros da mesma apontam para o fim dos anos 80 e início dos anos 90.

I.II.II. A cultura Hip-Hop e o seu papel na fase da adolescência

O estudo “Rap e graffiti na Kova da Moura como mecanismos de reflexão identitária de jovens afrodescendentes” realizado por Ricardo Campos e Cláudia Vaz (2013) pretende desmistificar como o bairro social da Cova da Moura se relaciona com o global, ou seja, como funcionam as relações entre o global e o local do ponto de vista dos jovens que lá

habitam. “Os jovens que aqui vivem se deparam com uma condição complexa, como resultado do fato de viverem num bairro estigmatizado, de viverem situações de ostracização por razões de ordem socioeconômica, étnica etc. A essas situações acrescenta-se uma condição identitária complexa, fruto das ambivalências decorrentes de crescerem entre referências culturais distintas e, por vezes, antagônicas. O rap e o graffiti constituem-se, nesse contexto, como instrumentos expressivos fundamentais para essa geração” (p. 129). É salientada a importância de existir um recurso identitário nestes jovens, principalmente notada nos jovens filhos de imigrantes. Os autores afirmam que verificaram “(...) a construção de uma incerta identidade transnacional africana, que serve não apenas como vínculo identitário desses jovens, mas igualmente como recurso político” (2013, p. 130), referindo que o rap e o graffiti têm um papel fundamental aqui. São descritos como manifestações culturais apropriadas e usadas pelos jovens para que consigam conquistar o seu lugar na esfera pública, permitindo-lhes que contestem as representações de si mesmos criadas pelos media.

De acordo com o Freechild Institute for Youth & Social Change, os jovens utilizam esta cultura para expressarem os seus pensamentos, ideias, valores e sabedoria, tanto em meios rurais, como urbanos ou suburbanos. A Organização diz-nos que hoje em dia a juventude e a cultura Hip-Hop estão entrelaçadas um pouco por todo o mundo, visto que esta cultura pode criar poder, habilidades e inspiração nos jovens. Assim, Freechild indica que o breakdance permite uma reclamação do seu lugar na sociedade; o graffiti permite que se expressem; o DJing permite que façam barulho e sejam ouvidos e o MCing permite que possam expressar a sua opinião e fazer ouvir a sua voz. Os autores explicitam também que, através do Hip-Hop, os jovens podem aprender a criar mensagens poderosas que façam a diferença numa comunidade ou no mundo; desenvolver capacidades de estudo bem como de ensino sendo que este é um tema que é muitas vezes considerado interessante para eles; criar pontes geracionais e culturais entre a comunidade através dos mecanismos oferecidos pela cultura Hip-Hop ou até expressar problemas políticos, económicos ou outros que tais que afetem a sua comunidade através do MCing ou do RAP.

Segundo Haynes (2005), de acordo com o desenvolvimento natural do ser humano, a adolescência é a altura em que os jovens deixam de perceberem como ídolos os pais ou

professores e começam a idolatrizar figuras que se encontrem à margem do que é considerado mais normal aos da sociedade onde o jovem se insere. No entanto, os media tendem a representar a ideia de que, no caso do Hip-Hop, esta figura tende a ser um rapper com grandes posses e que escreva músicas sobre dinheiro, drogas, violência e degradação da mulher, bem como a crença de que a cultura Hip-Hop é negativa para os jovens adolescentes sendo que incentivam à violência e ao uso de drogas. Contrariamente, o autor defende que a cultura Hip-Hop, ao ser partilhada por vários jovens e adorada por diversos grupos de amigos adolescentes, ajuda a que os jovens se consigam expressar e encontrar a sua voz numa altura em que é tão difícil para si a autoidentificação e o autoconhecimento.

I.III. Serviço Social

I.III.I. Serviço Social e a Arte

Em primeiro lugar, há que deixar clara a ideia de Huss (2018) de que o Serviço Social tem sido bastante lento a adotar metodologias baseadas na arte, quando comparado com outras áreas que realizem pesquisa ou intervenção que a tenham como base. É de referir que o Serviço Social ainda não estruturou teorias metodológicas com justificações epistemológicas de modo a incluir a arte na sua prática. Huss (2018) indica ainda que há pouca pesquisa nesse campo. Por isto, o autor levanta a seguinte questão: porque é que é necessário que o assistente social integre técnicas artísticas na sua prática profissional ao invés de realizar um trabalho multidisciplinar com um terapeuta especializado no campo da arte? A resposta dada é a arte deve ser directamente interligada com o Serviço Social, sem intervenientes, sendo que a mesma pode melhorar ou impulsionar técnicas já utilizadas nesta área, tais como o empowerment ou a resiliência. Huss (2018) descarta ainda a ideia de que a arte será apenas mais um paradigma na intervenção, destacando que a mesma é uma excelente metodologia usada para conjugar um espaço que integre os diversos elementos do Serviço Social na prática a nível micro, macro e de mudança social, bem como no ensino e na criação de novas políticas sociais.

É importante referir que o Serviço Social vê a arte como um veículo de mudança - um motor para promover a comunicação – ajudando, assim, à resolução de conflitos. Heinonen, Halonen e Krahn falam sobre esse mesmo tema no seu livro *Expressive arts for Social Work and social change* (2018). Huss (2013) diz-nos que a arte pode ser utilizada como um instrumento alternativo de terapia e recuperação tanto na intervenção individual como na intervenção com famílias, grupos ou comunidades. Inclusive, Carroll (2002) indica que vários assistentes sociais que trabalham com crianças encorajam-nas a utilizar a arte para melhor se exprimirem, através de desenhos ou música. Deste modo, torna-se mais fácil compreender os seus sentimentos, experiências e vivências. A utilização de artes expressivas (seja música, desenho, dança, entre outros) combinada com técnicas de serviço social é bastante efetiva numa intervenção tanto com um público-alvo jovem como também com um mais adulto. É reforçado o contributo positivo que os métodos baseados nas artes têm quando aplicados apropriadamente, promovendo bem-estar físico e psicológico nos sujeitos de intervenção, bem como união entre grupos e comunidades. Para que a intervenção com base no Serviço Social e nas artes expressivas tenha como resultado a mudança do indivíduo a nível pessoal e social, há que ter em atenção os seguintes elementos: o ambiente onde o indivíduo se insere; as perspetivas, os princípios e as práticas indígenas; a justiça e a ação social; a segurança cultural e, por fim, a expressão criativa. (Heinonen, Halonen & Krahn, 2018). É de extrema importância que o assistente social tenha formação adequada antes de utilizar técnicas baseadas na arte expressiva, sendo que estas poderão gerar emoções extremamente profundas nos indivíduos e é necessário que o profissional saiba dar resposta da forma mais indicada. No decorrer do livro são dados exemplos de como se pode fazer uso das artes como método de intervenção. Assim, é mencionado o uso dessas na intervenção com grupos de crianças vulneráveis que se encontravam envolvidas nos sistemas de proteção de menores ou em instalações de saúde mental, em Ontario, no Canadá (Coholic, Oystriick, Posteraro, & Lougheed, 2016). Com estas crianças eram utilizadas técnicas de desenho, pintura e colagem e as mesmas mostraram um desenvolvimento de autoestima e de habilidades sociais. No entanto, a utilização das artes como método de intervenção não é sempre suficiente. É imperativo garantir que esta intervenção se dá num espaço no qual as crianças se sentissem confortáveis para falar sobre o que quisessem e para se expressarem através das artes, tendo

garantias de que não seriam julgadas ou menosprezadas (Heinonen, Halonen & Krahn, 2018, pp. 12-14). Em suma, *Expressive arts for Social Work and social change* aborda o tema das artes expressivas como contributo na intervenção em serviço social, especificando as artes visuais (desenho, pintura e colagem), fotografia e vídeo, movimento e dança, escrita (narrativas, poesia, diários, entre outros), música (canto ou tocar instrumentos), teatro e atuação. É recomendado que estas várias vertentes se misturem, como por exemplo utilizar música como inspiração para pintar ou escrever narrativas em formato de canções. É importante reter que o livro descreve a utilização das artes expressivas de forma muito positiva desde que o profissional seja qualificado para aplicar tais métodos.

Bos (2018) realizou uma pesquisa que indica que a maioria das pessoas beneficia de impactos positivos ao participar em atividades artísticas, mencionando especialmente a música. Indica ainda que essa vertente da arte é utilizada para apelar às emoções e aos sentimentos do ser humano em diversas áreas, tais como: marketing; política ou em terapias. O autor menciona que, no ramo do Serviço Social, há diversas atividades voluntárias que apresentam a arte como base e que transmitem emoções positivas ao utente e que melhoram a visão do próprio em relação a si mesmo e o ajudam a partilhar sentimentos e inquietações com o assistente social. Ruten, Van Beveren e Roets (2017) como citados em Gray e Schubert (2018) indicam que a arte oferece ao indivíduo ou à comunidade a independência e posição crítica, permitindo-lhes desenvolver um pensamento dominante através da imaginação e da experiência de testar alternativas até chegar ao resultado final pretendido. Rapoport (1968) como citada em Gray e Schubert (2018) afirma que tanto o Serviço Social como as artes podem ser utilizados como ferramentas para a mudança social, indicando ainda que “(...) todo o trabalho criativo fala por aqueles que não têm uma voz”.

I.III.II. Código Deontológico

Devido à inexistência de um documento de carácter obrigatório que indicasse as diretrizes inerentes ao Serviço Social, a Associação de Profissionais do Serviço Social criou o Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal. Apesar de o profissional não ser

obrigado a reger-se por este documento, o mesmo apresenta-se como uma fonte oficial pela qual os profissionais desta área podem reger-se, sugerindo quais deveriam ser algumas das competências de um assistente social, bem como quais os valores e ética profissional a adotar. Este define então as seguintes competências: “a) Políticas – exercer influência na opinião pública e no sistema político, visando a definição de políticas públicas, consciencializar e mobilizar pessoas e grupos para a defesa dos seus direitos; b) Relacionais – criar relações de respeito, confiança, empatia e cooperação para as mudanças necessárias, incluindo a construção de redes e parcerias; c) Psicossociais – desenvolver processos de ajuda, capacitação e acompanhamento social e suporte sociopedagógico; d) Assistenciais – responder de forma imediata a necessidades básicas das pessoas; e) Técnico-operativas e reflexivas – saber comunicar, mediar, diagnosticar, planear, executar e avaliar no quadro de uma abordagem de base científica, multidisciplinar e interdisciplinar” (2018, p. 6). Assim, pode dizer-se que existe um vínculo entre as competências necessárias no trabalho de um assistente social e as necessidades definidas para responder a este projeto, particularmente quando se fala nas competências relacionais, psicossociais e técnico-operativas e reflexivas.

No Código supramencionado estão ainda descritos como atos profissionais dos assistentes sociais a “e) Elaboração de planos de ação adequados à natureza das situações sociais e psicossociais das pessoas e dos contextos; f) Conceção, planificação, implementação e avaliação de projetos sociais de base comunitária” (2018, p. 7). Pode dizer-se que, efetivamente, este projeto está a ser criado em prol da sociedade, visando a melhoria das perspetivas de vida do público-alvo, respeitando, assim, os atos profissionais do assistente social.

No Código estão ainda descritos os valores do Serviço Social, sendo um deles a dignidade humana, a qual é descrita da seguinte forma: “A dignidade humana diz respeito à promoção da pessoa em processos de capacitação de modo a atuar de forma livre e responsável. A promoção da pessoa faz-se em atitudes, palavras e atos” (2018, p. 8). Neste projeto, é pretendido que a dignidade humana de cada um dos jovens que ingressarem no mesmo seja reconhecida e que os próprios ganhem noção dessa mesma dignidade à qual têm direito. Para tal, utilizar-se-ão técnicas como o empowerment e a consciencialização. “Por empowerment entende-se um processo intencional e contínuo, centrado na

comunidade local, abarcando o respeito mútuo, a reflexão crítica, a atenção e a participação, por meio do qual as pessoas a quem falta o acesso a uma parcela dos recursos possam ter maior acesso e controle sobre eles, ou ainda como um processo pelo qual as pessoas ganham controle sobre suas vidas, a participação democrática na vida da comunidade e uma compreensão crítica do seu ambiente (Perkins & Zimmerman como citados em Cavalieri, 2017, p. 12). “A conscientização é entendida “como um processo contínuo de compreensão crítica da realidade. Isto é, a partir da realidade existencial que se tem, passa-se a uma percepção ampliada dessa realidade; estabelecem-se correlações de causa e efeito e formulam-se juízos e críticas que direcionam a formulação de atitudes para seu enfrentamento” (Souza como citado em Ferreira, 2008, p. 45).

I.III.III. Interdisciplinaridade

O Serviço Social como profissão apresenta a capacidade de agir num contexto interdisciplinar. A interdisciplinaridade é tida como um trabalho em comum no qual se consideram a interação, os conceitos, as diretrizes, as metodologias e os procedimentos de todas as disciplinas implicadas no processo de intervenção. Esta permite uma diversidade e originalidade de conhecimentos, resultando numa pluralidade de contribuições e compreensões mais favorável ao conhecimento da real situação do sujeito (Castro, 2007-2008, pp. 94-95). Barroco (2007) como citado em Jorge e Pontes (2017, p. 180) indica que a interdisciplinaridade, juntamente com o consenso e a coesão, são necessários para unir profissionais em torno de valores e finalidades comuns no atendimento de necessidades sociais e humanas. Esse agir interdisciplinar irá também ser posto em prática neste projeto sendo que o assistente social deverá trabalhar em conjunto com um psicólogo e com a equipa de artistas/mentores. A intervenção deverá ser feita em conjunto entre o assistente social e o psicólogo e ambos deverão estar em concordância sobre o rumo a seguir durante todo o projeto.

I.III.IV. Modelos a utilizar na prática do Serviço Social

I.III.IV.I. Modelo de Modificação de Comportamento

O Modelo de Modificação de Comportamento apoia-se na teoria da facilitação de aprendizagem e no desenvolvimento educativo. Pretendendo facilitar a mudança de um comportamento, o modelo ensina a atuar sobre o condicionamento desse comportamento. Defendendo que o comportamento humano é inteiramente aprendido através de um processo de interação entre o Homem e o reforço do seu ato. Para tal, recorre, assim, às teorias comportamentais (abaixo descritas) de Ivan Pavlov sobre o condicionamento clássico e também de B. F. Skinner sobre o condicionamento operante. Este modelo valoriza uma relação empática e de confiança entre o profissional e o sujeito. De acordo com Hill (1986) como citado em Viscarret (2014, p. 118), indica que o objetivo base deste modelo é modificar as condutas observáveis do sujeito, as quais se encontram inadaptadas, e substituí-las por comportamentos desejados pelo sujeito e socialmente aceites pelo meio desse. Indica ainda que este método é usado com o intuito de erradicar ou diminuir os problemas do sujeito de intervenção que advêm do seu comportamento. Segundo Lameiras (2015), as etapas deste modelo passam pela avaliação preliminar da situação do sujeito, seguindo-se a delimitação e a especificação do problema a resolver, realizando-se, de seguida, o contrato ou o plano de modificação, passando, assim, para a fase de registo das modificações e, por último, para a avaliação. Aqui, o assistente social pode desempenhar a função de agente direto da modificação, educando o cidadão a atuar sobre as variáveis que condicionam a conduta estabelecida previamente ou pode ter o papel de instigador da modificação, não atuando diretamente com o cidadão e passando a função de agente direto de modificação para os “mediadores”, sendo esses as pessoas mais próximas do sujeito. Segundo Du Ranquet (1996) como citado em Viscarret (2014, pp. 119-121), as etapas do modelo são as seguintes: identificação do problema e de qual comportamento deverá ser alterado; identificação das condições que levam a esse problema comportamental; avaliação das potencialidades e limitações terapêuticas do sujeito; seleção e especificação das metas terapêuticas e, por fim, planificação do tratamento. Nesta última fase, definir-se-ão os procedimentos a ser utilizados e as medidas necessárias a implementar de modo a que, após

término da intervenção, o indivíduo não retorne a praticar as ditas condutas problemáticas. Durante o processo de intervenção há que ter em conta os seguintes fatores: os desejos e valores dos implicados na intervenção (sujeito, assistente social e rede informal do sujeito) e qual a possibilidade de alterar a conduta comportamental do sujeito considerando o meio onde o mesmo está inserido ou mesmo de alterar o meio caso seja este o catalisador da conduta inapropriada do sujeito. Du Ranquet indica ainda a necessidade de realizar sempre uma reavaliação da intervenção, de modo a que se possa entender se a mesma resultou, o que correu melhor ou pior e o que deve ser alterado ou mantido. Esta reavaliação deverá ter sempre como suporte a utilização de instrumentos de recolha de dados para que se possam obter informações mais detalhadas relativas à eficácia dos métodos utilizados.

I.III.V.I.I. Condicionamento clássico

Ivan Pavlov criou a teoria sobre o condicionamento clássico do comportamento, a qual defende que todo o comportamento humano está diretamente ligado a um estímulo, tratando-se esse de um estímulo reflexivo. Ou seja, o ser-humano desenvolve uma “(...) sequência de estímulo-resposta, na qual o estímulo provoca a resposta” (Valério, 2005, p. 13). Aqui, o estímulo pode ser definido como qualquer elemento externo que provoque uma excitação, como por exemplo salivar devido ao cheiro a comida (Valério, 2005). Valério distingue ainda reflexo biológico de reflexo condicionado, sendo que o primeiro não envolve qualquer condicionamento – é inato à pessoa – e o segundo advém do condicionamento do comportamento – um estímulo repetido diversas vezes até que resulte numa resposta condicionada e constante. É de referir que este tipo de condicionamento demora o seu tempo até se obter uma resposta automática condicionada pelo estímulo. No entanto, o estímulo poderá despoletar tanto uma resposta como também uma emoção no sujeito. Na realidade, a ideia é criar uma resposta automática que advém de um estímulo que começa por ser neutro mas que, com a ajuda de um reforço, se torna o motivo da resposta/do comportamento mesmo após o reforço ter sido retirado (Schulz e Schulz, 2009). Pavlov descobriu que “Uma resposta condicionada não pode ser estabelecida se houver ausência de reforço. O ato de reforçar uma resposta aumenta a probabilidade da mesma ser repetida” (Schulz e Schulz, 2009, p. 378).

I.III.IV.I.II. Condicionamento operante

B.F. Skinner criou, por sua vez, a teoria do condicionamento operante. Rose defende que o condicionamento operante é definido como a grande maioria das atividades realizadas pelos seres-humanos, tais como conduzir um carro, acender uma lâmpada, ou até mesmo o pensamento, isto porque todos eles são aprendidos (1999, pp. 79-80). Schultz e Schultz distinguem comportamento operante de condicionamento operante, sendo o primeiro definido como “Comportamento emitido espontaneamente ou voluntariamente que opere no ambiente de modo a alterá-lo” e o segundo definido como “O procedimento pelo qual a mudança nas consequências de uma resposta irá afetar a velocidade da ocorrência dessa mesma resposta” (2009, p. 379). Nesta teoria, há três fatores muito importantes: o reforço positivo – “O ato de reforçar uma resposta, adicionando uma recompensa, aumentando, assim, a probabilidade de repetição dessa mesma resposta” – , o reforço negativo – “O reforço de uma resposta removendo um estímulo aversivo” – e a punição – “A aplicação de um estímulo aversivo após uma determinada resposta de modo a diminuir a probabilidade de repetição dessa mesma resposta” (Schultz e Schultz, 2009, pp. 378-388). O primeiro implica que seja dada uma recompensa ao sujeito quando este realiza o comportamento desejado; o segundo distingue-se por ser retirado um estímulo negativo, i.e., desconfortável ou incómodo, quando o sujeito realiza o comportamento desejado e o terceiro implica que, quando o sujeito não realize o comportamento pretendido, lhe seja aplicada uma penalidade. Desta forma, a ideia apresentada pelos autores é que, após a resposta estar associada ao reforço, este último seja retirado para que este comportamento passe a acontecer sem ser necessário um reforço de cada vez que o comportamento desejado é executado.

Assim, “No condicionamento operante “fortalecemos” um operante, no sentido de tornar a resposta mais provável ou, de fato, mais frequente. No condicionamento pavloviano ou “respondente” o que se faz é aumentar a magnitude da resposta eliciada pelo estímulo condicionado e diminuir o tempo que decorre entre o estímulo e a resposta” (Skinner, 2003, p. 72).

I.III.IV.I.III. Aprendizagem social

Albert Bandura desenvolveu a teoria da Aprendizagem Social, na qual indica que não é necessário haver ligação direta com reforços para que o sujeito aprenda o comportamento desejado. A este processo Bandura chama de aprendizagem social, a qual é definida por Schulz e Schulz como “Aprender novas respostas pela observação do comportamento de outros”. Assim, em vez de ser utilizado qualquer tipo de reforço positivo ou negativo ou mesmo punição, é utilizado o reforço vicariante – “Aprender ou reforçar um comportamento através da observação do comportamento de outros, bem como as consequências desse comportamento, ao invés de experienciar as consequências diretamente” (Schulz e Schulz, 2009, p. 400). Bandura defende que não basta a observação de comportamentos para que haja uma reprodução desses mesmos. Para tal, o sujeito toma uma decisão consciente de que reproduzirá esse comportamento, passando por um processo em que, primeiro, imagina as consequências que poderão advir dessa reprodução. A modelagem é um fator de extrema importância neste processo de aprendizagem por observação – “Uma técnica de modificação comportamental que envolve a observação do comportamento de outros (dos modelos) e a participação de ambos durante a replicação do comportamento desejado” (Schulz e Schulz, 2009, p. 402). É, então explicado que os modelos começam por ser os pais mas que, ao longo da vida, se vão alterando. Existem três fatores que definem quem é escolhido para ser modelo do sujeito: as características do modelo, as características do próprio sujeito/observador e as recompensas ou consequências associadas à repetição do comportamento do modelo por parte do observador. “As crianças tendem a imitar o comportamento dos adultos que sejam do mesmo género que elas, considerados pelas mesmas como modelos e os quais vejam como pessoas com elevados estatutos” (Schulz e Schulz, 2009, p. 405).

I.III.IV.II. Modelo de Desenvolvimento Local

O Modelo de Desenvolvimento Local visa a intervenção em comunidades que apresentem anomia comunitária, frágeis redes sociais e reduzidas práticas democráticas. A

implementação de um projeto de intervenção que tenha como finalidade a inserção social é muito utilizada neste modelo. Pretende integrar e capacitar a comunidade, tendo esta um papel preponderante na intervenção. A estratégia a adotar pelo assistente social prende-se com a utilização da comunicação, dividindo os membros em pequenos grupos de discussão e responsabilizando-os pela realização de tarefas (Lameiras, 2015). A intervenção é localizada e orientada para os processos no sentido da integração social e do desenvolvimento de competências (Domingues, 2015, p. 16). É, então, afirmado que o profissional é considerado um coordenador da intervenção, e a comunidade um elemento participante dessa (Lameiras, 2015). Este modelo prende-se com a “(...) procura de mecanismos de desenvolvimento local de base comunitária como um instrumento específico que permite a mobilização e envolvimento de comunidades e organizações locais, de modo a que contribuam para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, reforçando a coesão territorial” (Domingues, 2015, p. 10). É de referir que há dois conceitos-chave que se encontram diretamente ligados ao Modelo de Desenvolvimento Local. O primeiro é a participação: “(...) refere-se à tomada de decisões e concretização das mesmas e à avaliação dos resultados por parte dos actores locais, sendo esta participação que permite transformar o processo de desenvolvimento num trabalho que uma comunidade realiza sobre si própria, aprendendo a conhecer-se, a conhecer a realidade e a transformá-la” (Canário, 1999 como citado em Sarmiento, 2010, p. 16). O segundo conceito a ter em atenção é o de endogeneidade: “(...) modo como são identificados e mobilizados, no quadro de processos de desenvolvimento, os recursos locais. Como os recursos locais mais importantes e decisivos são sempre as pessoas, a endogeneidade aparece como indissociável da participação” (Canário, 1999 como citado em Sarmiento, 2010, p. 16). Conclui-se, assim com a ideia de Rothman (1995), criador deste modelo, de que o Modelo de Desenvolvimento Local é, na realidade, um Modelo de Desenvolvimento Comunitário à escala local (Sarmiento, 2010, p. 16). Neste modelo, defende-se que a única forma de promover a melhoria das competências da comunidade local na resolução dos seus problemas é consciencializando os sujeitos de intervenção da importância dos seus atos e à atribuição de significado às suas próprias escolhas (Lameiras, 2015).

II. Diagnóstico

II.I. Justificação metodológica

Para realização do projeto foi feito um diagnóstico, o qual serviu para definir qual o município que aglomera o tipo de público-alvo que mais se enquadra neste mesmo projeto. As variáveis a ter em conta para definir o local de intervenção serão: a idade; o rendimento económico familiar; os resultados escolares e, por fim, a exposição ao ou participação no crime ou desvio.

Foram efetuados contactos através de e-mail para todas as Câmaras Municipais da Área Metropolitana de Lisboa (AML) de modo a requerer dados sobre a sua população residente que pudessem complementar os dados já obtidos através das bases de dados acima mencionadas. No entanto, apenas os municípios de Cascais, Lisboa, Odivelas, Oeiras, Mafra, Montijo, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira apresentaram resposta, sendo que a resposta, na maioria dos casos, indicava o INE como fonte oficial e que todos os dados disponíveis e existentes sobre estes municípios estariam nesta base de dados. Muitos deles fizeram também referência aos Censos 2011 mas, devido a serem dados muito recuados no tempo, não se recorreu a esses para realização do diagnóstico. As CPCJs da AML (Alcochete; Almada; Amadora; Barreiro; Cascais; Lisboa Centro; Lisboa Norte; Lisboa Ocidental; Lisboa Oriental; Loures; Mafra; Moita; Montijo; Odivelas; Oeiras; Palmela; Seixal; Sesimbra; Setúbal; Sintra Ocidental; Sintra Oriental; Vila Franca de Xira) bem como a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ) também foram contactadas com vista a requerer dados que permitissem uma melhor análise relativa aos comportamentos desviantes dos jovens na AML e ainda de modo a entender quantos destes jovens se encontram em situação de risco e quais os municípios mais afetados por esta realidade. No entanto, apenas a CNPDPCJ respondeu, indicando que tinha somente dados gerais relativos a Portugal, não tendo possibilidade de desagregá-los de modo a poder entender-se a situação de cada município da AML.

Assim, a recolha de informação para realização do diagnóstico será indireta pois será feita através de dados já existentes e baseia-se numa análise estatística. Para tal recorreu-se à base de dados do INE e à base de dados do Pordata. As variáveis avaliadas foram as seguintes: população; área do município em Km²; média de indivíduos por Km²; população entre os 10 e os 19 anos de idade; ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem; média de desempregados inscritos no centro de emprego por faixa etária da população ativa; preço médio dos alojamentos (€/m²); crimes registados pelas autoridades; média de habitantes por médico; média de habitantes por farmacêutico; média de habitantes por farmácia; total de alunos inscritos no Ensino Básico (E.B.) 2.º e 3.º Ciclo, Secundário e Curso de Especialização Técnica (CET); taxa de retenção e desistência dos alunos inscritos no E.B. 2.º e 3.º Ciclo, Secundário e CET; número de alunos inscritos no Ensino Público no E.B. 2.º e 3.º Ciclo, Secundário e CET; número de alunos inscritos no Ensino Privado no E.B. 2.º e 3.º Ciclo, Secundário e CET; percentagem de despesas da Câmara Municipal (CM) em cultura e desporto; despesas da CM em atividades culturais e criativas (por despesas correntes e de capital) e total de mães menores. Todas as variáveis avaliadas tiveram como critério de seleção serem do mesmo ano (2019), exceptuado as variáveis referentes à percentagem de despesas da CM em cultura e desporto e as despesas da CM em atividades culturais e criativas (por despesas correntes e de capital) sendo que os dados disponíveis mais recentes eram de 2018. Este critério de seleção foi utilizado para que se pudesse ter como referência os dados mais recentes possíveis de modo a que o enviesamento de dados fosse o menos provável possível. O processamento dos dados retirados do INE e do PORDATA foi feito através do cruzamento de diversas variáveis, sempre que se mostrou oportuno cruzar uma com outra de modo a poder entender se existia alguma relação entre as várias. Foram ainda feitas percentagens ou alguns cálculos, com base nos dados apresentados pelas bases de dados utilizadas, de modo a chegar a um valor mais fácil de avaliar sempre que se mostrou necessário. No quadro 2.1. foi feito o cruzamento das variáveis população; área do município em Km²; média de indivíduos por Km² e população entre os 10 e os 19 anos de idade. No quadro 2.2. foram cruzadas as variáveis ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem; média de desempregados inscritos no centro de emprego por faixa etária da população ativa; preço médio dos alojamentos (€/m²) e crimes registados pelas autoridades. No quadro 2.3.

cruzou-se a média de habitantes por médico; média de habitantes por farmacêutico e média de habitantes por farmácia. No quadro 2.4. foram cruzados o total de alunos inscritos no E.B. 2.º e 3.º Ciclo, Secundário e CET e a taxa de retenção e desistência dos alunos inscritos no E.B. 2.º e 3.º Ciclo, Secundário e CET. No quadro 2.5. foram cruzadas as variáveis número de alunos inscritos no Ensino Público no E.B. 2.º e 3.º Ciclo, Secundário e CET e número de alunos inscritos no Ensino Privado no E.B. 2.º e 3.º Ciclo, Secundário e CET. Por fim, no quadro 2.6. cruzou-se a percentagem de despesas da CM em cultura e desporto e despesas da CM em atividades culturais e criativas (por despesas correntes e de capital). Para além dos cruzamentos de variáveis feitos nos quadros apresentados, fizeram-se ainda cruzamentos entre os diversos quadros, tentando relacionar as seguintes variáveis: o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem foi cruzado com o número de alunos inscritos no Ensino Público no E.B. 2.º e 3.º Ciclo, Secundário e CET e com o número de alunos inscritos no Ensino Privado no E.B. 2.º e 3.º Ciclo, Secundário e CET; a média de desempregados inscritos no centro de emprego por faixa etária da população ativa foi cruzada com número de alunos inscritos no Ensino Público no E.B. 2.º e 3.º Ciclo, Secundário e CET e com o número de alunos inscritos no Ensino Privado no E.B. 2.º e 3.º Ciclo, Secundário e CET; o preço médio dos alojamentos foi cruzado com o número de alunos inscritos no Ensino Privado no E.B. 2.º e 3.º Ciclo, Secundário e CET; os crimes registados pelas autoridades foram cruzados com a média de indivíduos por Km² e com a taxa de retenção e desistência dos alunos inscritos no E.B. 2.º e 3.º Ciclo, Secundário e CET; o acesso à saúde (média de habitantes por médico; média de habitantes por farmacêutico e média de habitantes por farmácia) foi cruzado com a área do município em Km², a média de indivíduos por Km² e o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem; a taxa de retenção e desistência dos alunos inscritos no E.B. 2.º e 3.º Ciclo, Secundário e CET foi cruzado com as despesas gerais da CM em cultura, artes e desporto (percentagem de despesas da Câmara CM em cultura e desporto e despesas em atividades culturais e criativas) e, finalmente, o total de mães menores foi cruzado com as despesas gerais da CM em cultura, artes e desporto e com a taxa de retenção e desistência escolar.

Abaixo serão apresentados diversos quadros que serão, de seguida, desconstruídos e analisados. Estes quadros permitirão definir a área ideal para a implementação do projeto EnCaminhARTE. Para facilitar a análise dos mesmos, foi implementado um esquema de

símbolos (ver glossário de símbolos) de modo a representar, por ordem crescente ou decrescente, os territórios da AML considerados na análise.

II.II. Identificação do município alvo de intervenção

Quadro 2.1. População residente nos municípios da AML em 2019.

	População	Área em Km ²	Média de indivíduos por Km ²	População entre os 10 e os 19 anos de idade	
Municípios	(N)	(N)	(N)	(N)	(% sobre total da população)
Alcochete	19.787	128,4	153,1	19.787	0,7%
Almada	169.039	70	2.414,1 (⚡↑)	169.039	5,9%
Amadora	184.106 (⚡↑)	23,8	7.692,0 (⚡↑)	184.106 (⚡↑)	6,4% (⚡↑)
Barreiro	75.147	36,4	2.068,8	75.147	2,6%
Cascais	213.608 (⚡↑)	97,4	2.187,3	213.608 (⚡↑)	7,5% (⚡↑)
Lisboa	509.515 (⚡↑)	100	5.081,1 (⚡↑)	509.515 (⚡↑)	17,8% (⚡↑)
Loures	213.687 (⚡↑)	167,2	1.270,8	213.687 (⚡↑)	7,5% (⚡↑)
Mafra	84.816	291,6 (⚡↑)	289,4	84.816	3%
Moita	64.407	55,3	1.166,6	64.407	2,3%
Montijo	57.614	348,6 (..↑)	164,2	57.614	2%
Odivelas	161.774	26,5	6.054,6 (..↑)	161.774	5,7%
Oeiras	177.408	45,9	3.853,8 (⚡↑)	177.408	6,2% (⚡↑)
Palmela	64.269	465,1 (⚡↑)	138,1	64.269	2,2%
Seixal	167.752	95,5	1.752,7	167.752	5,9%
Sesimbra	51.858	195,7	264,2	51.858	1,8%
Setúbal	115.126	230,3	501,2	115.126	4%
Sintra	391.402 (..↑)	319,2 (⚡↑)	1.221,4	391.402 (..↑)	13,7% (..↑)
Vila Franca de	141.957	318,2	445,6	141.957	5%

Xira		(↻↑)			
------	--	------	--	--	--

Fonte: INE e PORDATA. Elaboração própria.

Do quadro acima pode depreender-se que não existe qualquer relação em termos de área e população, sendo que uma área maior nem sempre indica um maior número de população ou de densidade populacional. Lisboa e Sintra apresentam uma percentagem consideravelmente maior de jovens na faixa etária dos 10 aos 19, quando comparadas com os outros territórios. Calcula-se que este fator não estará enviesado pela quantidade de pessoas que residem nos municípios mencionados. Apesar de Lisboa representar o terceiro lugar no quadro relativamente à quantidade de pessoas residentes por km², Sintra não se encontra sequer nos cinco municípios com mais pessoas por km².

Quadro 2.2. Salários, emprego e crime nos municípios da AML em 2019.

	Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem	Desempregados inscritos no centro de emprego por idade (média anual)						Preço médio dos alojamentos (€/m ²)	Crimes registados pelas autoridades						
		-25	25-34	35-44	45-54	55+	Total		Contra as pessoas	Contra o património	Contra a vida em sociedade	Contra o Estado	Contra animais de companhia	Previstos em legislação avulsa	Total
Municípios	(N)	(N)	(N)	(N)	(N)	(N)	(N)	(N)	(N)	(N)	(N)	(N)	(N)	(N)	(N)
Alcochete	1.085€	38,8	78,8	89,2	103,3	105,3	415,3 (•↓)	796 (•↓)	160	370	100	16	3	78	727
Almada	1.118€	336	925,3	1 175,1	1 225,1	1 555,8	5 217,3 (•↑)	1.569	1.556	4.233	519	66	37	399	6 814 (•↑)
Amadora	1.388€ (•↑)	377,6	887,8	887,4	822	1 042,5	4 017,3	1.612	1.568	3.131	610	98	36	340	5 784 (•↑)
Barreiro	1.110€	289,5	518,3	612,8	663,7	794,8	2 878,9	1.148 (•↓)	1.057	1.664	378	33	47	246	3 426
Cascais	1.184€	430,7	816,7	1 185	1 362	1 864	5 659,	2.039	1.518	3.868	603	77	24	351	6

				,5	,1	,4	3 (↔↑)	(↔↑)							448
Lisboa	1.616€ (↔↑)	1 178 ,5	3 000 ,8	3 515 ,1	3 572	4 574 ,4	15 84 0,8 (↔↑)	2.300 (↔↑)	5.548	22.326	3.380	543	116	3.186	35 1 15 (↔↑)
Loures	1.184€	443,7	1 060 ,6	1 158 ,8	1 141 ,3	1 507 ,8	5 312, 1 (↔↑)	1.691 (↔↑)	1.656	2.774	613	140	27	453	5 66 4 (↔↑)
Mafra	974€ (↔↓)	90,9	204,3	383,3	387,8	372,6	1 438, 9 (↔↓)	1.328	534	1.054	224	29	12	187	2 041
Moita	971€ (↔↓)	249,5	484,7	572,5	547,1	669,9	2 523, 7	976 (↔↓)	637	922	231	18	18	94	1 921
Montijo	1.009€ (↔↓)	182,5	391,8	456,4	431,3	435	1 896, 9 (↔↓)	1.272	525	1.243	278	32	32	168	2 278
Odivelas	938€ (↔↓)	228,3	602,5	757	669,1	767,7	3 024, 5	1.799 (↔↑)	849	1.863	491	57	21	131	3 412
Oeiras	1.792€ (↔↑)	221,9	560,5	799,5	910,7	1 127 ,3	3 619, 9	2.129 (↔↑)	960	2.137	441	66	22	402	4 033
Palmela	1.339€ (↔↑)	104,2	221,8	321,1	284,2	441,1	1 372, 3 (↔↓)	1.112 (↔↓)	576	1.162	298	26	18	165	2 245
Seixal	1.250€ (↔↑)	419,7	899,5	1 020 ,6	966,4	1 215 ,8	4 521, 9 (↔↑)	1.303	1.155	2.323	365	40	53	275	4 214
Sesimbra	930€ (↔↓)	96,1	207,5	285	241,2	306,6	1 136,	1.380	552	1.081	264	29	15	115	2

a							3 (..↓)								057
Setúbal	1.181€	365,3	656,1	773,9	716,7	998,9	3 510,8	1.262 (⚡↓)	1.266	2.361	261	75	54	281	4 298
Sintra	1.184€	654	1 555,6	1 808,5	1 986,3	2 451	8 455,4 (..↑)	1.269	2.895	6.760	1.090	133	77	572	11 531 (..↑)
Vila Franca de Xira	1.216€	305,1	561,4	716	645,3	868,1	3 095,9	1.327	995	1.811	350	64	42	203	3 466

Fonte: INE e PORDATA. Elaboração própria.

A Moita apresenta-se como o terceiro município com salários médios mais baixos. É ainda o segundo município a apresentar um preço médio por alojamento mais baixo, implicado que, no geral, as rendas terão valores mais reduzidos quando em comparação com outros municípios. Municípios com avaliação bancária mais elevada parecem ter uma relação com a média de desempregados inscritos no centro de emprego por faixa etária da população ativa, sendo que em muitos dos municípios onde os valores de avaliação bancária por alojamento são mais elevados o número de desempregados parece acompanhar. Não se poderá assumir relações fortes entre ambas as variáveis, sendo que esta relação não foi notável em todos os municípios, mas é sugerido que uma influencie diretamente a outra. O ganho médio mensal e a média de desemprego por habitante não apresentam relação sendo que, por norma, os municípios com ganho médio mensal mais baixo são os que apresentam valores intermédios ou mesmo baixos de desemprego. Também não se encontraram relações entre o ganho médio mensal e o preço médio dos alojamentos. Grande parte dos crimes é contra as pessoas ou contra o património. Almada, Amadora e Lisboa representam grande parte dos números de crime. Calcula-se que seja por razões associadas ao número de indivíduos por km². Realçam-se os casos de Loures e Sintra por apresentarem um número intermédio relativo aos indivíduos residentes por km² mas números elevados (entre os 5 mais altos) na criminalidade, sendo que neste caso o nível de criminalidade não estará inflacionado devido à quantidade de residentes. Os municípios de Odivelas e Oeiras (que se encontravam nos cinco primeiros a nível de residentes por km²) apresentaram também números altos de criminalidade apesar de não estarem entre os cinco mais altos. Considerando os casos de Almada, Lisboa e Loures indica-se uma possível relação entre o número de desempregados e o número de crimes cometidos, sendo que estes municípios se encontram nos cinco mais altos em ambas as variáveis.

Quadro 2.3. Média de habitantes por acesso à saúde na AML em 2019.

	Média de habitantes por médico	Média de habitantes por farmacêutico	Média de habitantes por farmácia
Municípios	(N)	(N)	(N)
Alcochete	322,1	755,6	4.911,5
Almada	213,7	698,4	3.674,2
Amadora	319,8	650,9	4.461,3
Barreiro	286,2	697,1	3.273,2
Cascais	130,9	737,2	4.954,4 (⚡↑)
Lisboa	52,4	254,7	1.962,8
Loures	308,0	767,2	4.087,0
Mafra	413,8 (⚡↑)	1.455,4 (●↑)	5.275,8 (⚡↑)
Moita	805,8 (●↑)	1.172,1 (⚡↑)	4.029,2
Montijo	374,2	665,7	4.089,3
Odivelas	327,9	1.217,3 (..↑)	4.463,6
Oeiras	100,0	350,8	3.536,3
Palmela	304,5	1.088,8 (⚡↑)	4.282,8
Seixal	454,6 (⚡↑)	1 052,2	4.779,8
Sesimbra	497,2 (⚡↑)	1.175,2 (⚡↑)	6.463,6 (●↑)
Setúbal	193,0	774,8	3.848,1
Sintra	379,3	812,3	5.734,1 (..↑)
Vila Franca de Xira	553,8 (..↑)	783,3	5.063,6 (⚡↑)

Fonte: PORDATA. Elaboração própria.

De acordo com este quadro, pode considerar-se que Mafra, Moita, Sesimbra e Vila Franca de Xira são dos locais com o acesso à saúde mais limitado quando comparados com os outros municípios. Depreende-se que esta situação não se explicará nem pela área em km² destes municípios nem pela quantidade de indivíduos residentes por km², sendo que se considera os municípios acima mencionados como estando ou entre os cinco com valores mais altos ou apresentando valores intermédios nestas duas variáveis. No entanto, indica-se que Mafra, Moita e Sesimbra representam três dos cinco municípios com salários mais baixos.

Quadro 2.4. Alunos matriculados, retidos e desistentes no E.B. 2.º e 3.º Ciclo, Secundário e CET, na AML, no ano de 2019.

Municípios	Total de alunos inscritos					Taxa de retenção e desistência			
	E.B. 2.º e 3.º Ciclo	Ensino Secundário	CET	Total		E.B. 2.º e 3.º Ciclo	Ensino Secundário	CET	Total
	(N)	(N)	(N)	(N)	% de coluna	% de fila	% de fila	% de fila	% de fila
Alcochete	1.245	743		1.988	0,7%	6,8%	17,7%	5,6%	30,1%
Almada	10.634	6.927		17.561 (↗)	6%	14,4%	18,3%	17,3%	50% (↗)
Amadora	9.318	6.802	729	16.849 (↗)	5,8%	19,4%	26,1%	19,2%	64,7% (↗)
Barreiro	4.990	3.435		8.425	2,9%	13,7%	14,3%	10,8%	38,8%
Cascais	14.012	8.781	133	22.926 (↗)	7,9%	5,6%	17%	12,4%	35%
Lisboa	37.328	34.786	1.527	73.641 (↗)	25,3%	13,3%	15,1%	13,6%	42%
Loures	11.059	4.551		15.610	5,4%	18,5%	21,4%	11,1%	51% (↗)
Mafra	5.182	3.028		8.210	2,8%	8,6%	17,5%	14%	40,1%
Moita	3.767	1.841		5.608	1,9%	21%	15,6%	16,6%	53,2% (↗)
Montijo	3.225	1.781		5.006	1,7%	11,2%	20,7%	15,2%	47,1%
Odivelas	8.436	4.537	81	13.054	4,5%	17,5%	24,7%	13,1%	55,3%

				4		%		%	%
									(..↑)
Oeiras	9.302	5.921		15.223	5,2%	7,5%	16,5%	11,4%	35,4%
Palmela	4.261	2.005		6.266	2,2%	9,1%	14,7%	17,2%	41%
Seixal	9.597	6.426	49	16.072	5,5%	14,6%	18,3%	13,4%	46,3%
Sesimbra	3.179	1.505		4.684	1,6%	11,7%	18,3%	12,1%	42,1%
Setúbal	7.823	5.269	188	13.280	4,6%	18,6%	13,9%	9,4%	41,9%
Sintra	21.156	12.272	42	33.470 (..↑)	11,5%	13,4%	21,9%	13,8%	49,1%
Vila Franca de Xira	7.973	5.400	79	13.452	4,6%	10,7%	18,4%	15,2%	44,3%

Fonte: PORDATA. Elaboração própria.

É de realçar que os valores destes dados podem ser comprometidos por haver municípios com mais oferta educativa do que outros, assim apresentando maior número de alunos. Quando relacionado com a taxa de desistência e reprovação salientam-se como casos mais graves os municípios de Almada, Amadora, Loures, Moita e Odivelas, com um valor igual ou superior a 50%. De facto, Almada, Amadora e Loures encontram-se também na lista dos cinco municípios com maior número de crimes cometidos.

Quadro 2.5. Alunos matriculados no Ensino Público e Privado, na AML, no ano de 2019.

	Ensino Público					Ensino Privado			
	E.B. 2.º e 3.º Ciclo	Ensino Secundári o	CET	Total		E.B. 2.º e 3.º Ciclo	Ensino Secundári o	Total	
Municípios	(N)	(N)	(N)	(N)	%	(N)	(N)	(N)	%
Alcochete	1.213	743		3.047	0,8%	32		418	0,3%
Almada	9.622	5.707		24.209 (↗↑)	6,6%	1.012	1.220	5.736 (↗↑)	4,7%
Amadora	8.522	5.952	729	22.957 (↗↑)	6,3%	796	850	4.478	3,7%
Barreiro	4.693	3.150		12.068	3,3%	297	285	1.918	1,6%
Cascais	8.019	6.294	133	21.358	5,8%	5.993	2.487	17.180 (↗↑)	14%
Lisboa	24.434	22.233	1.527	68.398 (↗↑)	18,6%	12.894	12.553	49.678 (↗↑)	40,5%
Loures	9.913	3.931		23.873 (↗↑)	6,5%	1.146	620	5.273	4,3%
Mafra	3.879	2.080		11.238	3,1%	1.303	948	3.137	2,6%
Moita	3.767	1.307		8.624	2,4%		534	1.089	0,9%
Montijo	3.068	1.390		7.417	2%	157	391	1.447	1,2%
Odivelas	7.984	4.348	81	19.834	5,4%	452	189	2.673	2,2%
Oeiras	8.551	5.075		20.181	5,5%	751	846	6.381 (↗↑)	5,2%
Palmela	3.531	1.564		8.302	2,3%	730	441	2.235	1,8%
Seixal	8.667	5.811	49	21.805	5,9%	930	615	4.353	3,6%
Sesimbra	3.179	1.373		7.493	2%		132	641	0,5%
Setúbal	7.675	4.848	188	18.242	5%	148	421	3.277	2,7%
Sintra	19.492	11.145	42	48.594 (↗↑)	13,2%	1.664	1.127	8.867 (↗↑)	7,2%
Vila	7.534	5.185	79	19.185	5,2%	439	215	3.763	3,1%

Franca de Xira									
Total	143.74 3	92.136	2.82 8	366.82 5	100%	28.74 4	23.874	122.54 4	100%

Fonte: INE & PORDATA. Elaboração própria.

É, mais uma vez, referido o possível enviesamento de dados por quantidade de oferta educativa. Neste caso em particular, relativamente à oferta dos municípios a nível de ensino privado e de ensino público. Estima-se que Almada, Lisboa e Sintra tenham uma população muito diversa a nível económico sendo que estes três municípios se encontram dentro dos cinco municípios com maior quantidade de alunos, tanto no ensino público como no privado. Realçam-se os casos de Cascais e Lisboa por serem os únicos que apresentam uma diferença considerável de maior número de alunos a frequentar o ensino privado face aos que frequentam o público. Cascais apresenta uma diferença de 8,2% e Lisboa de 21,9%. Não se verificaram relações relevantes a nível de valor salarial quando em comparação com os municípios com mais alunos no ensino privado e no ensino público. É importante destacar que três municípios se encontravam nos cinco com mais alunos inscritos tanto no ensino privado como no público: Almada, Lisboa e Sintra. Cascais e Oeiras faziam parte do grupo dos cinco com mais alunos inscritos no ensino privado. Já Amadora e Loures complementam os cinco municípios com mais alunos inscritos no ensino público. Assim, indica-se que Almada, Cascais, Lisboa, Loures e Sintra apresentavam os valores mais altos na média de desempregados inscritos no centro de emprego por faixa etária de idade ativa, sugerindo que o tipo de ensino frequentado poderá não ser indicativo de maior capacidade monetária. No entanto, de modo a contrariar esta ideia de que frequentar o ensino público não implica necessariamente maior capacidade económica, distinguem-se os casos de Cascais, Lisboa e Oeiras que se encontram nos cinco municípios onde o preço médio dos alojamentos é mais elevados, indicando que poderá haver uma maior capacidade monetária implícita no facto de ter filhos que frequentem o ensino privado.

Quadro 2.6. Acesso a cultura e a desporto na AML em 2018.

Municípios	Percentagem de despesas da CM em cultura e desporto (%)	Despesas em atividades culturais e criativas		
		Despesas correntes (N)	Despesas de capital (N)	Total (N)
Alcochete	20% (•↑)	586.841		586.841 (•↓)
Almada	14% (:•↑)	7.161,184	809.044	7.970,228 (:•↑)
Amadora	6%	2.906,722	223.533	3.130,255
Barreiro	5,3% (:•↓)	1.063,540		1.063,540 (:•↓)
Cascais	5,9% (:•↓)	6.487,039	503.879	6.990,918 (:•↑)
Lisboa	7,3%	50.819,578	5.181,461	56.001,039 (•↑)
Loures	2,3% (•↓)	1.017,255	104.310	1.121,565 (:•↓)
Mafra	3,9% (:•↓)	2.087,440		2.087,440
Moita	7,6%	1.456,790	38.544	1.495,334 (:•↓)
Montijo	15% (:•↑)	2.864,865	72.415	2.937,280
Odivelas	5,3% (:•↓)	1.637,646	221.748	1.859,394
Oeiras	3,4% (:•↓)	1.864,438	214.572	2.079,010
Palmela	9,7% (:•↑)	2.918,226	568.224	3.486,450
Seixal	8,3%	3.221,950		3.221,950
Sesimbra	6,3%	1.549,040	128.909	1.677,949 (:•↓)
Setúbal	8,6%	4.287,039	346.839	4.633,878 (:•↑)
Sintra	6,3%	487.4392	66.560	4.940,952 (:•↑)
Vila Franca de Xira	12,9% (:•↑)	3.800,689	625.304	4.425,993

Fonte: INE e PORDATA. Elaboração própria.

Identificam-se como os locais que menos investiram na cultura e no desporto os seguintes municípios: Barreiro, Cascais, Loures, Mafra, Odivelas e Oeiras. Relativamente a despesas em atividades culturais e criativas, os municípios que menos dinheiro investiram

nesta área foram: Alcochete, Barreiro, Loures, Moita e Sesimbra. Destacam-se assim Barreiro e Loures que se apresentam nos cinco primeiros em ambas as variáveis. Não se poderá confirmar que o investimento da CM em cultura, desporto e arte está diretamente ligado à taxa de retenção e desistência escolar. No entanto, indicam-se os casos de Loures e da Moita que foram dos que menos gastaram neste âmbito e que apresentam também uma percentagem superior a 50% a nível de retenção e desistência escolar.

Quadro 2.7. Mães menores na AML em 2019.

Municípios	Total mães (N)	Total mães menores	
		Total 10-19 anos (N)	Percentagem de mães menores sobre total de mães (%)
Alcochete	158	2	1,3%
Almada	1.701	51 (:↑)	3% (:↑)
Amadora	2.079	56 (:↑)	2,7%
Barreiro	664	30	4,5% (•↑)
Cascais	1.969	44	2,2%
Lisboa	5.926	147 (•↑)	2,5%
Loures	2.250	52 (:↑)	2,3%
Mafra	752	11	1,5%
Moita	653	26	4% (..↑)
Montijo	619	14	2,3%
Odivelas	1.926	43	2,2%
Oeiras	1.648	25	1,5%
Palmela	574	18	3,1% (:↑)
Seixal	1.639	47	2,9%
Sesimbra	455	4	0,9%
Setúbal	1.075	42	3,9% (:↑)
Sintra	4.251	110 (..↑)	2,6%
Vila Franca de Xira	1.313	23	1,8%

Fonte: PORDATA. Elaboração própria.

Salienta-se que não foi possível aceder a dados estatísticos exclusivos de mães menores, estando, assim, incluídas na contagem, as mães com 18 e 19 anos, o que pode enviesar o número real de mães menores em cada município. Ao analisar a variável relativa à taxa de reprovação e desistência escolar e a variável que indica as despesas da CM em cultura, desporto e arte e após ser realizado um cruzamento de dados dessas com a variável apresentada no quadro acima, entendeu-se que não existiam relações entre as mesmas.

Em suma, é certo que alguns dos municípios da AML se destacaram de forma negativa entre todos, por apresentarem maior número de jovens, capacidade monetária mais baixa, maior número de criminalidade, entre todas as outras variáveis avaliadas. Assim, os municípios que apresentaram maior relevância dentro destes fatores foram: Almada; Amadora; Loures e Moita. Considerando que Amadora e Loures são os que apresentam um número maior de população na faixa etária dos 10 aos 19 anos de idade, considera-se que serão mais adequados para a aplicação do projeto, ao invés de Almada e da Moita.

Assim, quando postos em comparação, a Amadora revelou ter mais crimes cometidos, menor acesso à saúde, maior taxa de retenção e desistência escolar, menor número de alunos inscritos no ensino privado e maior número de mães menores. Já Loures apresentou maior número de jovens residentes no município na faixa etária dos 10 aos 19 anos, maior número de desempregados, valores salariais mais baixos, alojamentos com preço médio mais elevado e uma menor despesa investida pela CM em cultura, desporto e artes. Posto isto, e devido à elevada importância que a proximidade ao crime e a taxa de retenção e desistência escolar têm, definir-se-á a Amadora como local de intervenção.

De modo a poder definir se as variáveis relativas ao município da Amadora apresentavam números altos, médios ou baixos foi feito um esquema geral que define como valores altos os que se encontram entre o 1.º e o 6.º número mais elevados. Do 7.º ao 12.º os números são considerados como valores médios. Do 13.º ao 18.º consideram-se valores baixos. Realça-se a ideia de que um número mais elevado não é sempre negativo tal como um número mais baixo não é sempre positivo. Como por exemplo, é um ponto positivo um município apresentar valores elevados na variável referente ao valor salarial recebido em média mas é negativo um município apresentar baixos valores nesta mesma variável. No entanto, se dermos como exemplo a variável referente à taxa de retenção e desistência

escolar, a ideia será a contrária: valores mais elevados são tidos como um ponto negativo e valores mais baixos como um ponto positivo. Assim, estes foram os resultados obtidos: população - valor alto; área em km² - valor baixo; média de indivíduos por km² – valor alto; população entre os 10 e os 19 anos de idade - valor alto; ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem - valor alto; média de desempregados inscritos no centro de emprego por faixa etária da população ativa - valor médio; preço médio dos alojamentos - valor alto; crimes registados pelas autoridades - valor alto; média de habitantes por médico - valor médio; média de habitantes por farmacêutico - valor baixo; média de habitantes por farmácia - valor médio; total de alunos inscritos no E.B. 2.º e 3.º Ciclo, Secundário e CET - valor alto; taxa de retenção e desistência dos alunos inscritos no E.B. 2.º e 3.º Ciclo, Secundário e CET – valor alto; número de alunos inscritos no Ensino Público no E.B. 2.º e 3.º Ciclo, Secundário e CET - valor alto; número de alunos inscritos no Ensino Privado no E.B. 2.º e 3.º Ciclo, Secundário e CET - valor alto; percentagem de despesas da CM em cultura e desporto - valor baixo; despesas da CM em atividades culturais e criativas (por despesas correntes e de capital) - valor médio e total de mães menores - valor médio.

O município da Amadora agrega seis freguesias: Águas Livres; Alfragide; Encosta do Sol; Falagueira–Venda Nova; Mina de Água e Venteira (Câmara Municipal da Amadora [CMA]). A freguesia das Águas Livres tem uma dimensão de 2,21km² e agrega cinco bairros: Buraca; Cova da Moura; Damaia-de-Baixo; Damaia-de-cima e Reboleira Sul, sendo um desses, o bairro da Cova da Moura, considerado de construção ilegal. A freguesia de Alfragide tem 2,51km² e agrega três bairros: Alfragide Sul, Quinta Grande e Zambujal. A freguesia da Encosta do Sol tem 2,80 km² e agrega três bairros: Alfornelos; Brandoa e Casal da Mira. A freguesia da Falagueira–Venda Nova tem 2,86 km² e agrega dois bairros: Falagueira e Venda Nova. A freguesia da Mina de Água tem 8,09 km² e integra oito aglomerados: A-da-Beja; Alto dos Moinhos; Carenque; Casal da Mira; Mina; Moinhos da Funcheira; Moinho do Guizo e São Brás. Por fim, a freguesia da Venteira tem 5,31 km² e agrega quatro aglomerados: Borel; Reboleira Norte; Serra de Carnaxide e Venteira (CMA, 2012).

A missão desta CM é “(...) planejar, organizar e executar as políticas municipais nos domínios urbanístico e do espaço público, da intervenção social e comunitária, da

educação, ambiente, cultura e desporto, prestando serviços aos cidadãos”. A sua visão prende-se com “construir uma cidade centrada nas pessoas, fazendo da Amadora um referencial na área da coesão e inclusão social, mas também uma cidade preparada para ganhar os desafios da competitividade, da inovação e da modernidade, no quadro de um desenvolvimento sustentável”. Como valores apresenta sete pontos distintos: “(...) 1) Inclusão: A principal riqueza da Amadora é a população, na sua diversidade étnica, cultural, religiosa, de género, de idade. A Amadora valoriza a diferença como fonte de criatividade, inovação e competitividade. É esta diversidade que pode constituir-se como um fator de inovação nas políticas sociais, educativas e culturais, através da eliminação de barreiras à igualdade de oportunidades no acesso a padrões dignos de qualidade de vida para todos; 2) Coesão territorial: A Amadora pretende desenvolver o seu território, adotando políticas de ordenamento, planeamento e gestão territoriais coerentes e sustentadas. Dotado de uma rede de acessibilidades privilegiada à escala regional e nacional, o território do município deve constituir-se como fator de competitividade, atraindo empresas com capacidade de geração de emprego e riqueza. A revitalização de áreas estratégicas da cidade, a promoção da reabilitação urbana e a qualificação do quadro de vida das pessoas e das condições de desempenho das empresas e dos atores económicos emergem como um referencial central da ação municipal; 3) Sustentabilidade ambiental: A Amadora defende uma gestão dos recursos em obediência aos princípios da Agenda 21 Local, assumindo como central a sua responsabilidade para com as gerações futuras. No quadro da dinamização de processos de responsabilização social das empresas e das pessoas, a Câmara pretende estimular as práticas amigas do ambiente nos domínios da valorização dos resíduos urbanos, da eficiência energética e da utilização das fontes de energia alternativas; 4) Qualidade: A Amadora adota uma gestão orientada para o cidadão, empenhando-se em melhorar continuamente o serviço prestado. O objetivo é superar as necessidades e expectativas dos cidadãos, simplificando a vida às pessoas, às organizações e aos agentes económicos. Para tal, investe na modernização dos serviços municipais, nas suas vertentes humana, organizacional e tecnológica; 5) Eficiência: A Amadora propõe-se cumprir as suas responsabilidades e a alcançar os seus objetivos gerindo de forma correta os recursos disponíveis. Assume como preocupações centrais o controlo da despesa pública, no quadro de uma gestão por resultados e do aumento da produtividade dos

serviços; 6) Transparência: A Amadora adota uma gestão aberta, com processos transparentes e relações de reporte (accountability) claras e operativas. Empenha-se em informar e prestar contas da sua atividade, monitorizar e avaliar o seu desempenho e submeter-se à apreciação externa, das entidades fiscalizadoras e dos cidadãos e 7) Participação: Para construir bons indicadores de desenvolvimento humano, a Amadora aposta na mobilização de todos os segmentos da sociedade, numa lógica de democracia participativa. Promove e acolhe a constituição de parcerias com atores públicos e privados e defende o trabalho conjunto em redes colaborativas que permitam rentabilizar recursos e otimizar resultados” (CMA).

Destacam-se, então, algumas das ofertas da CMA a nível de responsabilidade social, cultural, de desporto e lazer, educacional e de intervenção social. Deste modo, o panorama de conhecimento das ofertas da CMA será maior. A nível de responsabilidade social existem os programas: Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis – “(...) associação de municípios que tem como missão apoiar a divulgação, implementação e desenvolvimento do projeto Cidades Saudáveis nos municípios que pretendam assumir a promoção da saúde como uma prioridade da agenda dos decisores políticos”; Rede Nacional de Responsabilidade Social - “(...) promover o desenvolvimento, operacionalização e incorporação de conceitos e ferramentas de responsabilidade social nas organizações, promover a convergência e disseminação de conhecimento nesta área e contribuir de forma significativa e real para a implementação de políticas e práticas sustentadas na gestão das organizações, independentemente do ramo de atividade que estas exerçam, dimensão ou localização que tenham”; Distinção Municipal “Empresa Solidária” – “(...) premiar as empresas com sede ou intervenção no município, e que se tenham destacado pelo seu trabalho de responsabilidade social junto da comunidade”; Projeto de Responsabilidade Organizacional e Social da Amadora – “(...) implementação de um projeto (...) de carácter estruturado e contínuo, que envolva as empresas/organizações do setor privado e as Instituições da economia solidária, numa relação de cooperação e parceria, permitindo a participação activa de todos os agentes locais, na resolução de problemas identificados no território” (CMA). A nível cultural a CMA oferece: uma biblioteca; uma bedoteca (biblioteca de banda desenhada); a Casa Roque Gameiro (património histórico e cultural onde se realizam exposições); o Cineteatro D. João V; a Galeria Municipal Artur Bual; o

Museu Municipal de Arqueologia; os Recreios da Amadora (espaço reservado para peças de teatro, dança, entre outros); a Amadora BD (festival de banda desenhada realizado na bedoteca); um mapa do graffiti (mapa online com localização da arte urbana (AU) espalhada pela Amadora); Património cultural (desde aquedutos a jardins e igrejas, entre outros) e uma agenda cultural (disponível online). A nível de desporto e lazer oferece: apoio municipal ao associativismo desportivo, tais como a comparticipação nas despesas de inscrição individual em competições desportivas federadas e no respetivo seguro desportivo; atividades desportivas municipais, tais como corridas ou torneios, organizadas pela própria CMA; atividades desportivas associadas, tais como esgrima, organizadas pela autarquia as quais a CMA apoia; instalações desportivas municipais; projetos pensados para a camada jovem, tais como programas de férias para idades específicas (maiores de 15 anos, por exemplo) ou a criação de um cartão jovem e parques e jardins. A nível da educação esta CM oferece: o portal AMADORA Educa (portal informativo relativo à educação e suas ofertas); o Ecoespaço, um local específico para a educação ambiental dos jovens; um programa de sensibilização para a redução dos riscos nos jovens, a nível do setor público e privado e os jogos juvenis escolares (competições interescolares de diferentes modalidades que fomentam a prática de exercício físico). Relativamente à intervenção social, a CMA dispõe de apoios a nível: da interculturalidade; da mobilidade e acessibilidade; de pessoas com deficiência; de um programa municipal de voluntariado; de um plano municipal para a igualdade; de apoio a seniores e de disposição de habitação social. Dispõe ainda de um guia de respostas sociais (disponível online) e de uma CPCJ.

Visa-se, assim, como necessidades de intervenção a melhoria das relações interpessoais dos residentes do município; o conhecimento e partilha das diversas culturas dos vários residentes, entre si; a melhoria dos resultados escolares e a diminuição da taxa de desistência escolar; a diminuição do número de crimes no município; a diminuição do número de mães menores e o interesse dos jovens pela cultura e arte, de modo a ganharem foco nas oportunidades que têm à sua disponibilidade para, futuramente, haver uma diminuição dos desempregados no município.

Quadro 2.8. Análise SWOT do município da Amadora.

	Fatores internos (controláveis)	Fatores externos (incontroláveis)
	Forças	Oportunidades
Pontos fortes	<p>Diversidade populacional/cultural;</p> <p>Grande predisposição da CMA para a criação ou apoio de projetos diversos no âmbito da arte e da inclusão;</p> <p>Grande apoio e incentivo da CMA para realização de trabalho em conjunto com redes colaborativas de modo a rentabilizar recursos.</p>	<p>Elevado número de jovens entre os 10 e os 19 anos de idade; Elevado número de jovens inscritos no ensino no município;</p> <p>Diversos espaços já existentes pensados para a fomentação da cultura nos jovens;</p> <p>Salários mensais elevados.</p>
	Fraquezas	Ameaças
Pontos fracos	<p>Alta taxa de retenção e desistência escolar;</p> <p>Baixa percentagem de despesas da CM em cultura e desporto;</p> <p>Valor médio de despesas da CM em atividades culturais e criativas (por despesas correntes e de capital);</p> <p>Valor médio de média de desempregados inscritos no centro de emprego por faixa etária da população ativa.</p>	<p>Alto número de crimes registados pelas autoridades;</p> <p>Valor médio do total de mães menores;</p> <p>Alto valor no preço médio dos alojamentos;</p> <p>Acesso médio à saúde no seu geral.</p>

II.III. Benchmarking

O projeto Casal Ventoso Sempre tinha como público-alvo a população realojada nos bairros do Vale de Alcântara na altura em que o Casal Ventoso foi demolido. Essa mesma população apresentava os seguintes problemas sociais: “o abandono escolar precoce, o desemprego de longa duração, as violência(s) e, mais recentemente, a insegurança provocada pela implantação de grupos ligados ao tráfico e consumo de drogas” (Câmara Municipal de Lisboa [CML], 2018). Das oito atividades propostas neste projeto, existem duas que se podem relacionar com o Projeto EnCaminhARTE. A primeira é a “Viver com Arte”, a qual visa intervenções artísticas de dois artistas urbanos (graffiters) e de um fotógrafo. O primeiro artista urbano – Vhils – irá realizar uma obra num local de alto acesso e de grande visibilidade no bairro de intervenção, permitindo que todos os que passam por perto o possam ver. O segundo artista – Bordalo II – irá, tal como o primeiro artista, realizar e expor a sua arte. Neste caso, dentro dos bairros de intervenção. Irá também realizar workshops sobre a arte que pratica para todos os que nela mostrarem interesse. Por fim, irá realizar um Festival Internacional de Arte Urbana. Valter Vinagre – fotógrafo – irá fotografar estes bairros, de forma a expôr o seu trabalho em locais emblemáticos em Lisboa e dar a conhecer esses mesmos bairros à sua cidade. A segunda atividade dá pelo nome de “Artistas de Palmo e Meio” e será realizada com crianças e jovens que frequentem a Escola do Vale de Alcântara. Será definido, em parceria com a Junta de Freguesia, um local que servirá como um mural – Street Art Con-Fusão – e que permitirá a essas crianças e a esses jovens usufruírem de um local onde possam libertar as suas emoções, desenvolver a sua capacidade artística e expressar a sua imaginação, enquanto “trabalham” em conjunto. Com estas atividades é pretendido que a imagem e identidade cultural dos bairros se altere na ideia de quem não reside no local, desmistificando alguns preconceitos. Assim, poderá dar-se uma melhoria na autoestima e no sentimento de pertença dos residentes do bairro. “Este tipo de acções direccionadas para as crianças e jovens dos bairros para além de promover, através da experimentação de uma cultura artística, fomentam a disseminação de valores como o respeito pelos espaços públicos e pelo trabalho do outro, a disciplina, o rigor e a imposição de limites ou seja,

processos educacionais para uma cidadania activa mais interventiva e duradoura” (CML, 2018).

O programa Escolhas é um programa governamental de âmbito nacional que se iniciou em 2001. Apresenta como sua missão a promoção da inclusão social de crianças e jovens que se encontrem em contextos socioeconómicos vulneráveis, promovendo a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. Na sua 1ª geração, entre 2001 e 2003, começou por ser um Programa para a Prevenção da Criminalidade e Inserção de jovens dos bairros mais problemáticos dos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal. Na 2.ª geração (2004-2006), alargou a intervenção para a promoção da inclusão social. Desde aí que o programa foi alargando o seu raio de acção e desenvolvendo novas vertentes de intervenção, contando com: inclusão escolar e educação não formal; formação profissional e empregabilidade; participação cívica e comunitária; inclusão digital e empreendedorismo e capacitação dos jovens. Atualmente, este programa apresenta resultados tão benéficos que se encontra em fase de candidaturas para uma 7ª Edição, tendo tido diversos projetos desde 2001. Conta ainda com o alargamento do programa para dois países da Europa – Luxemburgo e Reino Unido. O programa está, atualmente, presente em 54 concelhos em Portugal, contando com entidades parceiras em todos os locais, as quais vão desde escolas, a juntas de freguesia, a comissões de proteção de crianças em risco, entre outras (Programa Escolhas). Seguem alguns exemplos de projectos desenvolvidos no âmbito do programa Escolhas.

O Projeto Segunda_Oportunidade visa a redução do abandono escolar precoce de educação/formação, através de metodologias artísticas, desportivas e tecnológicas. A sua entidade promotora e gestora é a Associação para a educação de Segunda Oportunidade e funcionava nas instalações da Escola de Segunda Oportunidade de Matosinhos. O projeto oferece aos jovens entre os 15 e os 25 anos uma formação qualificada de acordo com os interesses e necessidades, em alinhamento com o mercado de trabalho, permitindo, no decurso da formação, que estes ganhem autonomia e tenham facilidade na integração profissional. O projeto iniciado em Matosinhos venceu o prémio Manuel António da Mota. Atualmente, alargou-se para uma rede de escolas de Segunda Oportunidade (Matosinhos,

Valongo e Samora Correia) e existem já planos para a extensão deste projeto para o resto do país (Câmara Municipal de Matosinhos, 2019).

O projeto TAKE it - Talentos e Artes com Kriatividade e Empreendedorismo visa uma resposta inovadora à problemática dos comportamentos desviantes nos jovens oriundos dos territórios da Torre e da Galiza. Defende que todos temos um talento ou uma vocação e dá a oportunidade a esses jovens para que a possam encontrar. Assim, foi definido um espaço juvenil de referência em cada um dos territórios - o espaço Take – o qual é dinamizado pela equipa Escolhas, contando também com o apoio de um jovem dinamizador residente de cada um dos territórios. O objetivo é que seja desenvolvido um potenciamento das suas competências, em particular em termos de mobilização e liderança. Assim, são desenvolvidas atividades lúdicas para os jovens, sendo essas no âmbito da arte, da cultura, do desporto, da comunicação e da expressão, permitindo o desenvolvimento constante das competências dos jovens, bem como o estreitamento da relação com vista a uma vertente mais individualizada da intervenção. Desde (Programa Escolhas, (s.d.). Desde que se iniciou, este projeto já teve bastante aderência, contando com a parceria da Fundação O Século e o Clube das Gaivotas da Torre, e tendo já havido uma alteração do espaço lúdico para um local maior e com mais condições, justificado pela grande afluência de jovens que ingressaram o projeto (Fundação O Século, 2017).

Ana Maria Oliveira descreve no seu livro *O Virar da Seta* o projeto Clube de Jovens, o qual se iniciou em 2002 por iniciativa do Centro Social Paroquial do Campo Grande. A sua zona de intervenção foi o Campo Grande e ainda uma parte de Alvalade. Esta população apresenta uma grande heterogeneidade, exibindo distintas características etárias, sociais, económicas, culturais e étnicas. Os problemas sociais iam desde abandono escolar precoce a outras formas de exclusão social. O principal objetivo deste projeto prendia-se com a falta de espaços de ocupação e tempos livres para os jovens residentes, pretendendo-se, assim, realizar um contributo que prevenisse a marginalidade e que incluísse socialmente quem se encontrasse em situação de desvantagem social. Por isso mesmo foi criado um espaço de lazer que fomentava relações sociais importantes que desenvolviam a inclusão e a formulação de projetos de vida dos jovens. O projeto foi ganhando relevância e, entretanto, a média de idades dos jovens que frequentavam o espaço

foi aumentando. Realça-se que a intervenção deixou de ser feita apenas em jovens residentes nesse local e passou a abrir portas a jovens residentes de outros locais que eram encaminhados para lá através de outras entidades. “(...) a entrada no Clube de Jovens parece marcar uma mudança de percurso e comportamento, já que todos os jovens, à excepção de um, apresentam sucesso escolar, o que poder ser revelador do início de um projecto de vida mais consolidado” (Oliveira, 2010, p. 89). Ao longo do seu livro, vai apresentando excertos de entrevistas realizadas aos jovens que frequentaram o projeto as quais mostram “(...) alguns dos resultados positivos de intervenção: o sucesso escolar; a valorização pessoal; a construção de uma identidade positiva; a consciencialização de opções de vida e a forma de olhar o futuro (...)” (Oliveira, 2010, pp. 90-91).

Quadro 2.9. Benchmarking: resumo.

Projeto	Abrangência territorial	Âmbito de intervenção	Principais objetivos	Atividades inovadoras	Resultados obtidos
Projeto Casal Ventoso Sempre	Regional	Desmistificar preconceitos sobre o bairro do Vale de Alcântara.	Melhoria na autoestima e no sentimento de pertença dos residentes do bairro.	Exposição de AU em locais de grande visibilidade; workshops de AU; festival internacional de AU; criação de um mural onde os residentes jovens podem expressar a sua criatividade e ideias; trabalho em conjunto.	
Programa Escolhas	Nacional	Promoção da inclusão social de crianças e jovens que se encontrem em contextos socioeconómicos vulneráveis	Inclusão escolar e educação não formal; formação profissional e empregabilidade; participação cívica e comunitária; inclusão digital e empreendedorismo e	Metodologias artísticas, desportivas e culturais; criação de espaços lúdicos de aprendizagem e desenvolvimento de capacidades; atribuição de tutores, entre outros.	Desenvolveu-se de 3 distritos para 54 concelhos em Portugal e conta-se que alastre para dois países da Europa – Luxemburgo e Reino Unido.

			capacitação dos jovens		
Projeto Segunda_Oportunidade	Regional	Redução do abandono escolar precoce e da exclusão social como consequência dessa desistência.	Diminuição do número de jovens que abandonam a escola/formação demasiado cedo, recorrendo a metodologias artísticas e desportivas.	Oferta de formação qualificada de acordo com os interesses e necessidades dos jovens, em alinhamento com o mercado de trabalho; Investimento na formação ligada às artes, desporto e novas tecnologias.	Iniciou-se em Matosinhos: criação de uma escola. Ganhou o prémio Manuel António da Mota. Alargou-se para uma rede de escolas (Matosinhos, Valongo e Samora Correia). Irá alargar para o resto do país.
Projeto TAKE it - Talentos e Artes com Kriatividade e Empreendedorismo	Regional	Redução de comportamentos desviantes nos jovens.	Apoiar os jovens na procura do seu talento e vocação; potenciamento de competências de mobilização e liderança	Criação de espaços juvenis com dinamizadores; Atividades lúdicas: arte, cultura, desporto, comunicação e expressão.	Aderência de vários jovens. Obtenção de parcerias e alteração do espaço lúdico para um local maior e com mais condições.
Projeto Clube de Jovens	Regional	Desenvolvimento de competências sociais e escolares.	Espaços de ocupação e tempos livres para os jovens; prevenção da marginalidade; inclusão	Criação de um espaço de lazer que fomentava relações sociais importantes que desenvolviam a inclusão	Mudança de percurso e comportamento; jovens apresentam sucesso escolar, indicando um futuro mais promissor.

			social de quem se encontrasse em situação de desvantagem social.	e a formulação de projetos de vida dos jovens	
--	--	--	--	---	--

III. Projeto EnCaminhARTE

III.I. Justificação

Como se pôde verificar no capítulo I.III.II. O Serviço Social e a Arte e no capítulo II.III. Benchmarking, esta questão da utilização do Serviço Social combinado com a arte é muito comum, tanto a nível europeu como mundial. Exemplos disso são o Programa Escolhas que se iniciou em Portugal e apresenta já planos para se expandir a um nível europeu, ou o programa de intervenção com grupos de crianças vulneráveis que se encontravam envolvidas nos sistemas de proteção de menores ou em instalações de saúde mental, no Canadá. Assim, parece fazer sentido que se crie um projeto que articule o Serviço Social com a arte. Sendo que a arte urbana é muito versátil e bastante popular nos jovens, como se referiu no capítulo I.II.II. A cultura Hip-Hop e o seu papel na fase da adolescência, considera-se que esta seja a variação artística adequada para este projeto e que a utilização da mesma resultará numa maior aderência por parte do público-alvo.

III.II. População-alvo

Pretende-se uma intervenção com jovens entre os 12 e os 18 anos de idade que sejam oriundos de seios familiares carenciados, que apresentem comportamentos desviantes ou exposição direta ao crime, baixo aproveitamento escolar e falta de autoestima bem como de objetivos de vida. Estes jovens devem residir no município da Amadora. Para definir tais critérios deverá ser feita uma seleção dos jovens que compreendam essas idades e que apresentem os fatores acima mencionados. De seguida, aplicar-se-ão questionários aos jovens para que se possa avaliar o nível de autoestima, de sentimentos depressivos e a presença/ausência de objetivos de vida. Desta forma será possível definir uma população-alvo com todos os critérios procurados.

A seleção do grupo deverá ser feita com recurso a questionários e deverá ter em conta as variáveis indicadas acima: idade entre os 12 e os 18 anos; baixos rendimentos;

apresentação de comportamentos desviantes ou exposição direta ao crime; baixos rendimentos escolares ou desistência; sentimentos de depressão; baixa autoestima; falta de motivação para a criação de objetivos atuais ou futuros.

O grupo de intervenção não deverá ter um número inferior a 8 membros nem superior a 10, permitindo que se desenvolvam capacidades sociais e de companheirismo mas não permitindo que o grupo se disperse. Deverá ser encorajado um espírito de ajuda mútua, de aceitação e de empoderação grupal, o qual deverá ser passado aos jovens tanto pelos mentores como pelo assistente social e pelo psicólogo.

Serão realizados questionários durante a fase de seleção, durante a fase de intervenção e durante a fase de avaliação. Estes questionários devem basear-se em modelos já existentes e devem ser aplicados e analisados pelo assistente social e pelo psicólogo. Os primeiros servirão para definir a presença de sentimentos de depressão ou ansiedade; o nível de autoestima; a capacidade de resiliência; a predisposição para comportamentos aditivos ou de risco e a visão geral do indivíduo sobre si mesmo, o seu presente e o seu futuro. Os segundos questionários continuarão a avaliar estas variáveis de modo a poder medir-se uma evolução positiva ou negativa destes vários fatores durante a intervenção e os quais deverão ser repetidos a cada duas semanas. Aqui, serão acrescentados questionários semanais de modo a obter um balanço sobre a opinião dos jovens relativamente ao projeto, à intervenção e aos interventores envolvidos, permitindo assim ajustes ou correções sempre que se mostre oportuno fazê-lo. Na última fase far-se-á novamente uma avaliação igual à avaliação feita na seleção do grupo para poder realizar-se uma comparação entre o início e o fim do projeto e o quanto isso impactou a vida dos jovens participantes. Será feito também um questionário geral de satisfação para com o projeto, a intervenção e os interventores envolvidos, abrangendo também as mudanças sentidas pelos jovens relativamente a si mesmos após o término do projeto.

III.III. Objetivo geral e objetivos específicos

Tendo sido realizado um diagnóstico aos diversos municípios da AML e, de seguida, uma análise mais profunda ao município da Amadora, foi possível identificar algumas das necessidades de intervenção desse. Assim, salientam-se: a melhoria das relações interpessoais dos residentes do município; o conhecimento e partilha das diversas culturas dos vários residentes, entre si; a melhoria dos resultados escolares e a diminuição da taxa de desistência escolar; a diminuição do número de crimes no município; a diminuição do número de mães menores e o interesse dos jovens pela cultura e arte, de modo a ganharem foco nas oportunidades que têm à sua disponibilidade para, futuramente, haver uma diminuição dos desempregados no município.

Deste modo, objetivo geral deste projeto prende-se com a mudança/erradicação dos comportamentos desviantes nos jovens que se encontrem em situação de pobreza e de exclusão social, utilizando como ferramenta para essa mudança comportamental a arte urbana. Pretende-se que, assim, os jovens compreendam que todos nós temos um talento e que encontraremos sempre um lugar onde nos sentiremos integrados. É esperado que este projeto contribua para a idealização de novas perspetivas futuras para estes jovens e que haja ainda um aumento da autoestima do público-alvo.

Os objetivos específicos englobam o desenvolvimento de capacidades de socialização; a fomentação da coesão grupal; a aquisição de capacidades artísticas; acompanhamento no processo da autonomia destes jovens e ainda o incentivo à idealização de perspetivas no âmbito da educação e de projetos futuros a nível pessoal e profissional. Para tal, há que realizar certas ações e atividades, visando uma meta final. Assim, para o desenvolvimento de capacidades de socialização, há que promover discussões grupais acerca do tipo de arte a ser realizada, como se pretende realizá-la, o que se visualiza para projeto final, que elementos do grupo participarão e quais serão as suas funções. Como tal, é encorajado que os jovens partilhem com o grupo os seus gostos pessoais e as suas ambições artísticas. Deste modo é esperado que o público-alvo desenvolva capacidades de expressão, compreenda e aprenda a utilizar o conceito de crítica construtiva, aprenda a trabalhar em grupo, isto enquanto vai desenvolvendo um sentimento de segurança e

conforto perante o grupo e os profissionais envolvidos no projeto. Para fomentar a coesão grupal há que criar um espaço seguro de conversas extrínsecas às questões artísticas, no qual os membros devem partilhar todas as suas questões, inquietações, receios, lamentos ou qualquer outra questão que achem ser pertinente. É neste espaço que se falará sobre as temáticas de risco, as quais serão explicadas, desmistificadas e desconstruídas. Pretende-se, assim, a desconstrução de conceitos errados que tenham relativamente à sua autoimagem ou até ao que considerem ser a imagem que outros possam ter de si. Pretende-se ainda que encontrem melhores caminhos ou soluções para certas questões relacionadas com as suas vidas, podendo ser escolares, familiares ou outras que tais. Para a aquisição de capacidades artísticas, os jovens serão acompanhados por mentores, os quais serão figuras com experiência no mundo das artes urbanas, e lhes ensinarão dicas ou técnicas para potenciar as capacidades dos primeiros. Terão acesso a recursos e a locais específicos nos quais se poderão expressar livremente e desenvolver projetos artísticos individualmente e em grupo, podendo, deste modo, libertar quaisquer frustrações que tenham acumulado no dia-a-dia e ainda desenvolver a sua criatividade. Será realizado um acompanhamento no processo da autonomia destes jovens, de modo a que deixem de contar com o constante apoio dos mentores e obtenham maior liberdade na tomada de decisão e na realização dos seus projetos artísticos, quer sejam individuais ou grupais. Esta fase é muito importante pois será o passo final que vai permitir entender se este projeto foi positivo para os jovens, se desenvolveram as capacidades artísticas especificadas ao longo do documento, bem como a tão importante autoestima. O último objetivo deste projeto prende-se com o incentivo à idealização de perspetivas no âmbito da educação e de projetos futuros a nível pessoal e profissional. Assim, através de debates sobre o que os jovens sentem em relação a si mesmos, à sua vida e comunidade e ao seu futuro no fim do projeto face ao início, realizar-se-á uma preparação dos jovens para o fim do projeto. A partir daqui os jovens devem planear e desenvolver os seus próprios projetos tanto a nível educacional como profissional.

III.IV. Critérios e impactos

O projeto EnCaminhARTE é considerado pertinente no contexto no qual será aplicado pois teve em atenção as necessidades do público-alvo e visa a melhoria da qualidade de vida

futura dos mesmos, tendo sempre em atenção a ténue linha do respeito e consideração pelos sentimentos destes jovens. Considera-se que o projeto é adequado para a população-alvo em questão, pois é direcionado para um público jovem, apresentando uma vertente criativa e dinâmica numa temática que é de grande popularidade entre estas idades. Sendo que muitos destes jovens partilharão sentimentos de abandono ou incompreensão devido a estarem numa situação de exclusão social, ter-se-á em consideração a fomentação das suas relações de amizade. Assim, desenvolverão um sentimento de pertença enquanto aprendem a trabalhar em grupo e a colaborar uns com os outros. Considerando que a população do município da Amadora é tão distinta e tem costumes e ideias tão diversificadas este projeto servirá também como uma ponte ao conhecimento de diferentes culturas e identidades. Ao mesmo tempo, irão aprender a respeitar e a dar o benefício da dúvida a figuras de autoridade: neste caso aos profissionais e aos mentores envolvidos no projeto que os guiarão do início ao fim. Deste modo, espera-se uma forte aderência da parte dos jovens. Relativamente àquilo que se pretende realizar, considera-se que seja sustentável pois é esperado que os resultados perdurem ao longo dos anos e que o projeto tenha uma grande taxa de resposta bem como de sucesso da parte dos jovens e que venha, depois, a ser aplicado a outros grupos de jovens, podendo os primeiros enveredar por outras dimensões do projeto ao serem eles mesmos mentores. A grande aderência de diversas instituições e entidades a apoiarem e a criarem projetos no município da Amadora bem como as ligações que a CMA tem com outras entidades ou municípios é tida como uma potencial oportunidade para o projeto EnCaminhARTE no sentido em que facilita a possibilidade de desenvolvimento de parcerias, especialmente ao nível de recursos necessários para a realização das atividades pensadas para os jovens que adiram ao projeto. É de grande importância que a CMA já tenha locais que se relacionem com a temática e que poderão servir como sede para as reuniões ou até mesmo para a realização dos projetos artísticos. A questão de o website da CMA oferecer um mapa com os graffittis realizados e expostos na zona é também muito interessante para o projeto pois pode traduzir-se numa maior motivação da parte dos jovens para quererem realizar projetos de modo a poder expô-los nessa plataforma.

Em qualquer projeto há que ter em conta os impactos positivos e negativos que o mesmo possa trazer agregado. No caso deste projeto em específico conta-se com os

seguintes impactos positivos: aumento dos resultados escolares; aumento das capacidades sociais; aumento da autoestima; aumento da criatividade; diminuição dos sentimentos de solidão, incerteza, raiva ou tristeza; criação de amizades entre os participantes e aumento das projeções futuras bem como da ambição para alcançar as mesmas. Em termos de impactos negativos visualizam-se os seguintes: resistência da parte dos participantes; desrespeito às figuras de autoridade participantes do projeto; destabilização do grupo por parte de uma pequena minoria do mesmo ou até de um jovem individualmente; desistência por parte dos elementos participantes e, por fim, o projeto não resultar no que é pretendido e os objetivos inicialmente desenhados não serem alcançados.

Quadro 3.1. Plano de ação do Projeto EnCaminhARTE.

Objetivo geral	Objetivos específicos	Ações	Atividades	Técnicas
Promover novas perspectivas futuras utilizando a arte urbana como veículo de realização pessoal	Desenvolver capacidades sociais	Realização de discussões artísticas.	Debates sobre arte e que projetos gostariam de realizar nesse âmbito; Partilhar ideias e ambições artísticas.	Reuniões grupais com todos os participantes do projeto (assistente social, psicólogo, mentores e jovens); Empowerment; Aconselhamento.
	Fomentar a coesão de grupo	Criação de um espaço no qual o público-alvo se sinta seguro e possa partilhar os seus pensamentos, extrínsecos às questões artísticas, sem se sentir julgado ou atacado pelos vários membros ou pelos profissionais.	Partilha de sentimentos sobre como o público-alvo se sente em relação à sociedade e sobre o que gostariam que mudasse nas suas vidas e em como são vistos pela sociedade. Discussões sobre comportamentos aditivos e de risco e como evitá-los ou diminuir os seus riscos.	Reuniões grupais com todos os participantes do projeto (assistente social, psicólogo, mentores e jovens); Reuniões apenas com a equipa técnica para discutir e alinhar o que é necessário alterar/melhorar; Empowerment; Consciencialização; Modelagem comportamental; Aconselhamento.
	Adquirir capacidades artísticas	Juntar uma equipa de mentores qualificados em artes urbanas que apoiem os jovens na expressão através destas artes; Definir locais próprios onde os	Pintar paredes ou murais próprios para tal; Escrever letras de canções RAP; Criar coreografias de breakdance.	Observação da expressão dos jovens através da arte; Modelagem comportamental; Aconselhamento; Reuniões apenas com a equipa técnica para discutir

		jovens possam expressar-se: paredes para graffiti; espaços amplos para breakdance e locais calmos e sossegados para escrita de canções.		e alinhar o que é necessário alterar/melhorar.
	Acompanhar o processo de autonomia dos jovens	Preparação dos jovens para um processo de autonomia e tomada de decisão.	Numa fase final, dar liberdade e abertura para que os jovens realizem as suas tarefas sozinhos e com o mínimo acompanhamento, deixando-os tomar as rédeas individualmente e em grupo.	Observação participante; Modelagem comportamental; Aconselhamento; Reuniões apenas com a equipa técnica para discutir e alinhar o que é necessário alterar/melhorar.
	Incentivar à idealização de perspetivas no âmbito da educação e de projetos futuros a nível pessoal e profissional	Preparação dos jovens para o fim do projeto e arranque de novos projetos pessoais	Debates sobre o que os jovens sentem em relação a si mesmos, à sua vida e comunidade e ao seu futuro no fim do projeto face ao início	Reuniões grupais com todos os participantes do projeto (assistente social, psicólogo, mentores e jovens)

Quadro 3.2. Plano de avaliação do Projeto EnCaminhARTE.

Objetivos específicos	Indicadores quantitativos	Indicadores qualitativos	Instrumentos	Atores envolvidos
Desenvolver capacidades sociais	N.º de relações criadas durante a realização do projeto	Qualidade das relações criadas durante a realização do projeto; Capacidade de expressão dos jovens	Questionários aplicados aos jovens no fim das reuniões. Relatórios elaborados pela equipa técnica no decorrer do projeto.	Equipa técnica; Jovens participantes no projeto.
Fomentar a coesão de grupo	N.º de projetos artísticos elaborados em grupo; N.º de jovens que criaram relações de confiança com os profissionais e mentores envolvidos	Nível de capacidade de realização de críticas construtivas; Nível de apoio e entajuda dos participantes; Parecer dos técnicos relativamente à relação de confiança que formaram com os vários jovens.	Questionários aplicados aos jovens no fim das reuniões. Relatórios elaborados pela equipa técnica no decorrer do projeto.	Equipa técnica; Jovens participantes no projeto.
Adquirir capacidades artísticas	N.º de projetos artísticos realizados e bem sucedidos; N.º de jovens satisfeitos com o seu trabalho artístico	Parecer dos mentores relativamente às capacidades artísticas desenvolvidas pelos jovens	Relatórios elaborados pelos mentores relativamente aos projetos realizados pelos jovens.	Equipa técnica.
Acompanhar o processo de autonomia dos jovens	N.º de projetos realizados individualmente pelos jovens sem apoio dos mentores; N.º de projetos realizados em grupo pelos jovens sem apoio dos mentores.	Qualidade dos projetos realizados pelos jovens de forma autónoma; Parecer da equipa técnica relativamente às capacidades de autonomia desenvolvidas pelos jovens.	Questionários aplicados aos jovens no fim do projeto. Relatórios elaborados pela equipa técnica no decorrer do projeto.	Equipa técnica; Jovens participantes no projeto.
Incentivar à idealização de perspetivas no âmbito da educação e de projetos	N.º de sonhos futuros dos jovens no fim do projeto face ao início; N.º de melhorias de avaliações escolares dos	Nível de aumento da autoestima dos jovens; Tipo de perspetivas futuras que os jovens apresentam; Parecer dos professores e dos	Questionários aplicados aos jovens no fim do projeto. Relatórios elaborados pela equipa técnica no fim do projeto.	Equipa técnica; Jovens participantes no projeto; Pais/responsáveis dos jovens participantes no

futuros a nível pessoal e profissional	jovens no fim do projeto face ao início; N.º de jovens que desenvolveram um maior sentimento de pertença.	pais/responsáveis dos jovens; Parecer da equipa técnica sobre o funcionamento do projeto e suas benesses.	Questionários aplicados aos pais/responsáveis no fim do projeto. Questionários aplicados aos professores no fim do projeto.	projeto; Professores dos jovens participantes no projeto.
--	--	--	--	--

Quadro 3.3. Cronograma do projeto EnCaminhARTE

Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Debates sobre arte e que projetos gostariam de realizar nesse âmbito	X					
Partilhar ideias e ambições artísticas	X	X	X	X	X	X
Partilha de sentimentos sobre como o público-alvo se sente em relação à sociedade e sobre o que gostariam que mudasse nas suas vidas e em como são vistos pela sociedade.		X	X	X	X	
Discussões sobre comportamentos aditivos e de risco e como evitá-los ou diminuir os seus riscos.	X	X	X	X	X	
Pintar paredes ou murais próprios para tal		X	X	X	X	
Escrever letras de canções RAP		X	X	X	X	
Criar coreografias de breakdance		X	X	X	X	
Dar liberdade e abertura para que os jovens realizem as suas tarefas sozinhos e com o mínimo acompanhamento, deixando-os tomar as rédeas individualmente e em grupo.					X	X
Debates sobre o que os jovens sentem em relação a si mesmos, à sua vida e comunidade e ao seu futuro no fim do projeto face ao início					X	X

IV. Análise crítica

Em primeiro lugar há que salientar que esta dissertação foi realizada em contexto de pandemia mundial pelo SARS-CoV2, situação a qual grande parte da sociedade nunca imaginou viver. Sendo o ser humano uma criatura de hábitos, a adaptação a tal realidade demora algum tempo a interiorizar, sendo que implica a criação de novos hábitos, de novos sistemas e de novas respostas. Foram poucas as instituições que não necessitaram de uma reestruturação, se é que houve alguma. Assim, possivelmente devido à questão da necessidade de reformulação do funcionamento das instituições e de seus procedimentos, foi muito difícil obter informação por parte das Câmaras Municipais bem como por parte das CPCJs da AML. Muitas delas nem sequer responderam. Existindo já pouca informação estatística disponível a um nível mais micro (freguesia) e agregando esta situação à impossibilidade de muitas das entidades contactadas terem capacidade ou tempo para fornecer informação, indica-se que não se conseguiu disponibilizar todos os dados que tinha sido inicialmente pensados. A maioria da informação encontrada nas bases de dados era relativa aos Censos de 2011, bem como a informação que algumas das Câmaras Municipais disponibilizaram. Sendo que já se passaram nove anos, considera-se que esta informação está desatualizada. De facto, as freguesias da Amadora eram bastante diferentes em 2011, tendo sido feita uma Reorganização Administrativa dessas freguesias em 2013. Assim, idealizava-se a inclusão de dados que acabaram por não estar disponíveis, não podendo ser, então, definida uma freguesia ou um bairro específico para aplicação do diagnóstico.

É de realçar o carácter desafiante e exigente que a elaboração de um documento destes tem. É necessário criar uma linha de raciocínio da primeira à última frase da dissertação, verificando sempre se tudo se interliga entre cada capítulo, se é pertinente e se faz sentido. É certo que o capítulo que agregou a maior dificuldade a nível de elaboração foi o diagnóstico. Sendo este o coração do trabalho e a base de tudo o que será construído daí para a frente, não podem existir falhas. O projeto em si foi também bastante complicado de elaborar sendo que exigia pontos que nunca antes tinham sido trabalhados pela aluna.

Desenvolveram-se ainda conhecimentos mais aprofundados sobre alguns conceitos tais como: a pobreza e quais as diferentes formas pela qual se manifesta; a exclusão social e como esta pode surgir na vida do sujeito e o que são comportamentos desviantes e o porquê de surgirem. Foram ainda desenvolvidos conhecimentos sobre a cultura Hip-Hop e as vantagens que a mesma pode trazer aos jovens. Desenvolveu-se uma nova visão anteriormente desconhecida sobre a intervenção do Serviço Social com recurso às artes expressivas, o qual revelou ser bastante efetivo. Por fim, foram ainda consolidados novos conhecimentos sobre o Modelo de Modificação de Comportamento bem como sobre o Modelo de Desenvolvimento Local.

No geral, considera-se que foi uma experiência que permitiu a consolidação de novos conhecimentos na vertente da elaboração de um projeto social, tendo sido bastante desafiante mas igualmente enriquecedora para a profissão de uma assistente social.

Bibliografia

- ❖ Alissi, Albert (1974). Perspective on Youthful Deviance: Implications for Social Policies. *The Journal of Sociology & Social Welfare*, 1 (2), 13-24.
- ❖ Amaral, Shirlena Campos de Sousa, Leandro Garcia Pinto & Giovane do Nascimento (2014). Os Anos 60 e o Movimento Negro Norteamericano: Uma década de elevação de consciência, eclosão de sentimentos e mobilização social. *InterSciencePlace*, 9 (11), 182-197.
- ❖ APSS. Associação dos Profissionais de Serviço Social. (2018). *Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal*. Consultado em 22 Maio 2019. Disponível em https://www.apss.pt/wp-content/uploads/2018/12/CD_AS_APSS_Final_APSS_AssembGeral25-10-2018_aprovado_RevFinal.doc-1-converted-1-C%C3%B3pia.pdf.
- ❖ Banaco, Roberto Alves et al. (1999). *Sobre Comportamento e Cognição (2ª ed., vol. 1): Aspectos Teóricos, Metodológicos e de Formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitivista*. São Paulo: ARBytes Editora.
- ❖ CMA. Câmara Municipal da Amadora. (s.d.). *Homepage*. Consultado em 20 Novembro 2020. Disponível em: <https://www.cm-amadora.pt/>.
- ❖ CMA. Câmara Municipal da Amadora. (2014). *Reorganização Administrativa Territorial do Município da Amadora*. Consultado em 20 Novembro 2020. Disponível em: https://www.cm-amadora.pt/images/TERRITORIO/INFORMACAO_GEOGRAFICA/PDF/FREGUESIAS/ra.pdf.
- ❖ CML. Câmara Municipal de Lisboa. (2018). *Grupo de Trabalho dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP): Ficha de Candidatura Refª. 010 Casal Ventoso Sempre*. Consultado em 10 Janeiro 2020. Disponível em http://bipzip.cm-lisboa.pt/cgi-bin/utills/ficha_candidatura.cgi?l=2018;n=10;p=13.
- ❖ CMM. Câmara Municipal de Matosinhos. (2019). *Projeto de Matosinhos chega a todo o país*. Consultado em 28 Outubro 2020. Disponível em https://www.cm-matosinhos.pt/pages/242?news_id=6426.

- ❖ Campos, Ricardo & Andreia Vaz (2013). Rap e graffiti na Kova da Moura como mecanismos de reflexão identitária de jovens afrodescendentes. *Sociedade e Cultura*, 16 (1), 129-141.
- ❖ Castro, Rosa da Primavera (2007-2008). Ética Profissional e Interdisciplinaridade: Partilha de informação e confidencialidade em sede de equipas multidisciplinares. *Gestão e Desenvolvimento*, 15-16, 87-103.
- ❖ Cavalieri, Irene Corrêa (2017). *Processos de empowerment no contexto da intervenção social: um estudo comparativo* (Tese de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e Faculdade de Economia, Coimbra.
- ❖ Dias, Dulce Alexandra de Jesus (2013). *Mediação de Comportamentos Desviantes em Meio Escolar: um Estudo de Caso* (Tese de Mestrado em Ciências Policiais). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- ❖ Domingues, Marco (2015). *Manual para o Desenvolvimento Local e Comunitário das Aldeias: A intervenção social do projeto Há Festa No Campo* (Prova ao título de especialista em Serviço Social). Instituto Politécnico de Castelo Branco, Castelo Branco.
- ❖ Domingues, Sara Mariana Vieira Ferreira (2015). *As abordagens preventivas aos comportamentos desviantes: O caso de uma intervenção de base territorial* (Tese de Mestrado em Serviço Social). Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- ❖ EAPN. Rede Europeia Anti Pobreza. (s.d.). *O que é a pobreza?* Consultado em 22 Novembro 2020. Disponível em <https://www.eapn.pt/o-que-e-a-pobreza>
- ❖ Espírito Santo, Ana Lúcia (2014). *Jovens e Comportamentos Delinquentes: “Ponte” - Programa de Prevenção Face à Recidiva* (Tese de Mestrado em Psicologia Forense e da Exclusão Social). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- ❖ FIAS. Federação Internacional dos Assistentes Sociais. (2007). *Ética no Serviço Social: Declaração de Princípios*. Consultado em 30 Abril 2019. Disponível em https://www.ifsw.org/wp-content/uploads/ifsw-cdn/assets/ifsw_80111-4.pdf.
- ❖ Fernandes, António Teixeira (2000). Desigualdades e representações sociais. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 10, 203-214.

- ❖ Ferreira, José Wesley (2008). *Questão Social: Apreensão e Intervenção no Trabalho dos Assistentes Sociais* (Tese de Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- ❖ Freechild Institute for Youth & Social Change. (s.d.). Youth and Hip Hop. Consultado em 28 Novembro 2020. Retirado de: <https://freechild.org/youth-and-hip-hop/>.
- ❖ Fundação O Século. (2017). *Projeto Take.it do Bairro da Torre tem nova casa e ganha “novo impulso”*. Consultado em 28 Outubro 2020. Retirado de <https://oseculo.pt/fos/projeto-take-it-do-bairro-da-torre-tem-nova-casa-e-ganha-novo-impulso/>.
- ❖ Heinonen, Tula, Deana Halonen & Elizabeth Krahn. (2018). *Expressive arts for Social Work and social change (1ª ed.)*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- ❖ Haynes, Heidi (2005). *Hip-Hop and Adolescence: The effects of popular culture media on adolescent identity development* (Tese de Mestrado em Educação). Faculty of The Evergreen State College, Washington.
- ❖ Huss, Ephrat & Eltje Bos. (2018). *Art in Social Work Practice: Theory and Practice: International Perspectives*. Londres: Routledge.
- ❖ INE. Instituto Nacional de Estatística. (s.d.). *Homepage*. Consultado em 18 Maio 2020. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main.
- ❖ Jorge, Ediane Moura & Reinaldo Nobre Pontes (2017). A Interdisciplinaridade e o Serviço Social: estudo das relações entre profissões. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 16 (1), 175-187.
- ❖ Neves, Bárbara Barbosa (2004). *A Cultura Hip Hop em Portugal: Abordagem Sociológica dos Processos de Integração e Contestação Social do Rap* (Tese de Mestrado em Sociologia). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- ❖ Oliveira, Ana Maria da Costa. (2010). *O Virar da Seta: Factores Positivos em Vidas de Jovens em Risco (1ª ed.)*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

- ❖ OMS. Organização Mundial de Saúde. (s.d.). *Adolescent Health*. Consultado em 28 Novembro 2020. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/adolescent-health#tab=tab_1.
- ❖ PORDATA. (s.d.). *Homepage*. Consultado em 18 Maio 2020. Disponível em www.pordata.pt/.
- ❖ Programa Escolhas. (s.d.). *Homepage*. Consultado em 15 Janeiro 2020. Disponível em www.programaescolhas.pt/.
- ❖ Reaçadas, Ricardo. (2020). *Guia de Apoio ao Utilizador: Referências Bibliográficas – Norma APA American Psychology Association (7ª edição)*. Lisboa: ISCTE, Serviços de Informação e Documentação.
- ❖ Rodrigues, Eduardo, Florbela Samagaio, Hélder Ferreira, Maria Manuela Mendes & Susana Januário (1999). A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 9, 63-101.
- ❖ Sarmiento, Catarina Alzira Loureiro (2010). *O Trabalho em Parceria e a Formação de Adultos na Construção da Multiculturalidade: Uma avaliação externa dos efeitos do Projecto Mente Acolhedora* (Tese de Mestrado em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local). Instituto Politécnico de Portalegre – Escola Superior de Educação, Portalegre.
- ❖ Schultz, Duane P. & Sydney Ellen Schultz. (2009). *Theories of Personality (9th Edition)*. California: Wadsworth Cengage Learning.
- ❖ SS. Serviço Social. (2015). *Modelos de Intervenção do Serviço Social*. Consultado em 10 Fevereiro 2020. Disponível em <https://servicosocial.pt/modelos-de-intervencao-do-servico-social/>.
- ❖ Skinner, B. F. (2003). *Ciência e Comportamento Humano (11ª ed.)*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.
- ❖ Valério, Rita de Cássio (2005). *A Compulsão por Compras na Perspectiva da Teoria Comportamental Cognitiva* (Monografia de Bacharelato em Psicologia). Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu.
- ❖ Viscarret, Juan Jesús. (2014). *Modelos y Métodos de Intervención en Trabajo Social*. Madrid: Alianza Editorial.